



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

CARMEN JUSSARA LUCENA DE VASCONCELLOS

**REPENSANDO A INTERVENÇÃO DA (O) ASSISTENTE SOCIAL NO
PÓS-DESASTRE SOCIALMENTE CONSTRUÍDO: Arte e Cultura,
potências na construção do projeto ético-político**

Rio de Janeiro
2021

CARMEN JUSSARA LUCENA DE VASCONCELLOS

**REPENSANDO A INTERVENÇÃO DA (O) ASSISTENTE SOCIAL NO
PÓS-DESASTRE SOCIALMENTE CONSTRUÍDO: Arte e Cultura,
potências na construção do projeto ético-político**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Escola de Serviço Social da Universidade
Federal do Rio de Janeiro como parte dos
requisitos necessários para obtenção do grau
de bacharel em Serviço Social

Orientador: Prof. Dr. Marildo Menegat

Rio de Janeiro
2021

CARMEN JUSSARA LUCENA DE VASCONCELLOS

**REPENSANDO A INTERVENÇÃO DA (O) ASSISTENTE SOCIAL NO
PÓS-DESASTRE SOCIALMENTE CONSTRUÍDO: Arte e Cultura,
potências na construção do projeto ético-político**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à Banca Examinadora como parte dos requisitos para obtenção do grau de bacharel em Serviço Social na Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Data da Aprovação:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Marildo Menegat – ESS/UFRJ (Orientador)

Prof. Dr. Guilherme Almeida – ESS/UFRJ

Prof.^a Dr.^a Maria Paula de Oliveira Bonatto - Museu da Vida/Fiocruz-RJ

*“Tudo dele procede; tudo acontece por
intermédio dele; tudo termina nele. Glória para
sempre! Louvor para sempre! Amém, amém,
amém”.*

Romanos 11:36

AGRADECIMENTOS

Lembro das conversas que tinha — quando as aulas eram presenciais — com uma amiga cuja temática e estágio estão relacionados aos idosos, e o questionamento recorrente sempre foi: quem cuida do cuidador?

Como é de conhecimento daqueles que caminham bem juntinho de mim, eu me reinventei como cuidadora — sem competências para ser — dos meus pais nesse momento da jornada deles aqui na Terra. E, respondendo ao questionamento recorrente, quem têm cuidado de mim, a cuidadora, são vocês amig@s e alguns familiares.

Sobre os amigos: e os amigos não são a família que escolhi? Eu não quero citar nomes — porque posso esquecer alguém — e também porque todos são importantes, sem preferências ou prioridade. Nessa grande teia de amizades, tecida ao longo desses 57 anos, todos estão conectados direta ou indiretamente. Existem amig@s que investem um tempo de joelhos orando por mim, enviando áudios e mensagens de incentivo; existem amig@s que cedem seus ouvidos e ombros quando o choro é incontrolável e é impossível carregar tanta bagagem sozinha; existem amig@s que gastam seu tempo ouvindo meus argumentos teóricos e muitas vezes trazem uma nova perspectiva que me faz avançar; existe uma amiga que, preocupada com minha saúde, me desafiou a perder 16 kg nesse tempo; existe um mestre de *stand up paddle* que se transformou num amigo precioso durante a pandemia e que muito contribuiu para minha saúde mental; existem amig@s do café, sempre de prontidão para quebrar minha louca rotina em Tóquio (fuso horário invertido), rindo e chorando comigo. Amiga, que por sororidade, aceitou formatar meu trabalho porque sabe que não dou conta, me falta tempo para tantas demandas. Minha terapeuta Josani que manteve minha saúde mental em meio ao caos, obrigada. E eu não poderia deixar de citar amig@s que fiz virtualmente nessa pandemia, que contribuíram tanto com artigos, com *lives*. A todos vocês, amig@s qu'eu amo tanto, muito obrigada, este TCC também é de vocês e para vocês, sem os quais eu não chegaria até aqui, vocês são o coração que bate fora do meu peito e sem o qual eu não conseguiria viver.

Sobre os familiares: eu não estou plagiando o Mauro Rasi em sua peça teatral, mas as minhas tias Lena e Euma, que não são de Bauru, são um capítulo à parte em minha vida, com braços que se oferecem, me abraçam, me envolvem, me aquecem. Braços que me procuram e me encontram, e mesmo com o isolamento social, o amor e apoio foram incondicionais. E para provar que não estou plagiando o Mauro, vou incluir um tio. Tio Sérgio, muito obrigada por seu carinho, amor, seu apoio e sugestões textuais.

Minha mãe, apesar do Alzheimer, na minha rotina em Tóquio, algumas madrugadas abria a porta do meu quarto e me dizia “o que você está fazendo acordada”? Mãe é sempre mãe, em qualquer circunstância, faz o melhor que pode, obrigada por continuar lembrando de me amar.

Meu pai, tão lindo, meu Léozinho, meu Lego, minha inspiração hoje e sempre. Dessa vez poupei você, mas no final, não consegui, você tinha que ler, fazer considerações, revisões. Eu preciso aproveitar cada instante com você, pois em algum momento um de nós pode não estar presente para essa troca intelectual. Muito obrigada, pai, o tempo pode ter passado para nós dois, mas eu ainda continuo aprendendo com você!

O que dizer da Gisele, Luana, Erika e Cristiane Malungo, da Secretaria de Assistência Social de Niterói? Mulheres incríveis, fizeram a diferença na minha vida enquanto profissionais e pessoas extraordinárias que são, muito obrigada!

Dayse Laurindo, Adriana Nobre, Ana Aguiar e Joana Moreira, as supervisoras em minha trajetória na Assistência, muita paciência com tantos questionamentos e inquietações, né? Obrigada, vocês contribuíram muito neste período incrível em que estivemos juntas.

Miriam Krenzinger Azambuja e Elaine Martins Moreira, que, tal e qual regentes de uma orquestra, somando esforços com o corpo docente da Escola de Serviço Social, dadas as circunstâncias, juntos, conseguiram compor uma sinfonia e viabilizar as aulas virtuais.

Marcela Braga e todos os que compõem a secretaria de graduação, sem palavras pelo suporte ao longo desses anos de graduação.

Marcos Botelho e todos os que compõem a coordenação de estágio, muito obrigada! Mas, preciso fazer um parêntese, para agradecer nominalmente a Fernanda Rodrigues e a Cristiane Lopes, pela sensibilidade e o respeito com que sempre conduziram as minhas questões pessoais que perpassaram antes, durante e na conclusão do estágio, muita gratidão!

A todos os funcionários técnicos e administrativos da Escola de Serviço Social, vocês fazem a engrenagem funcionar, muito obrigada, impossível estudar sem vocês.

Aos funcionários terceirizados responsáveis pela limpeza, muito obrigada por manterem tudo sob controle mesmo quando as condições não eram favoráveis a vocês.

Aos professores que contribuíram à minha trajetória na graduação, muito obrigada.

E por último, não menos importante, Marildo, meu orientador. Desde sua primeira aula eu fiquei completamente “hipnotizada”! Inteligência é algo que me fascina, e você chegava para dar aula com tudo na sua cabecinha. Sem papel, sem anotações, apenas a caneta para escrever no quadro. Eu me perguntava: que ser humano é esse?

Eu acalentava o desejo de ser sua orientanda, mas a “rádio corredor” da Escola de Serviço Social dizia que você só orientava na pós-graduação. E eu acreditei. Fiz duas tentativas com outros professores, recebi dois não. Esses “não” me deram coragem, e naquele dia em que o abordei com a cara e a coragem, eu estava pronta para outro não. Só que eu fui surpreendida, fiquei até feliz pelos “não” que recebi, eles me proporcionaram embarcar nessa jornada com você. Confesso, foi um pouco assustadora, afinal a desconstrução não é algo simples, mas eu amo ser desafiada, não sei se você percebeu isso. Missão dada, missão cumprida! Encerro esse ciclo da graduação com muita gratidão por eu não ter desistido de você e por você não ter desistido de mim em meio a tantos percalços para chegar até aqui.

Marildo, acho que não consigo expressar em palavras o quanto estou grata. E também explodindo de felicidade porque esse ciclo se encerra e eu estou com a ardente expectativa para o novo ciclo que se inicia.

As únicas tristezas são: não pude me despedir da lanchonete no prédio da Economia, funcionários tão queridos e preciosos, comidinha caseira, afeto reina naquele lugar, não pude me despedir do Rafinha e seu quiosque, não pude me despedir do burburinho do “Sujinho” e não pude me despedir da área externa da Escola de Serviço Social nem dos companheiros de jornada.

Vida que segue, um dia, que espero não ser tão distante, eu deixo de revisitar memórias e visito lugares e pessoas.

“[...] E assim como não é impossível que o desespero inútil e os gritos de um alienado num asilo causem a peste, por uma espécie de reversibilidade de sentimentos e imagens, do mesmo modo é possível admitir que os acontecimentos exteriores, os conflitos políticos, os cataclismas naturais, a ordem da revolução e a desordem da guerra ao passarem para o plano do teatro se descarreguem sobre a sensibilidade de quem os observa com a força de uma epidemia”.

Antonin Artaud

RESUMO

DE VASCONCELLOS, C. J. L. MENEGAT, M. (orientador). **REPENSANDO A INTERVENÇÃO DA (O) ASSISTENTE SOCIAL NO PÓS-DESASTRE SOCIALMENTE CONSTRUÍDO: Arte e Cultura, potências na construção do projeto ético-político.** Rio de Janeiro, 2021. 93 p. Monografia (Graduação em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Esta monografia tem por objetivo repensar novas formas de intervenção em contexto de pós-desastre, tendo a Arte e a Cultura como potências na construção do projeto ético-político do Serviço Social, visando à organização e à mobilização popular, bem como à promoção de saúde junto à comunidade afetada por desastre. A pesquisa expõe conceitos relacionados ao tema, que são determinantes para desnaturalizar a vulnerabilidade social característica dessas situações, problematiza a questão da política pública no contexto de desastre e apresenta relatos de experiências nesse ambiente. O trabalho foi desenvolvido a partir da metodologia de escrita de si, de pesquisa bibliográfica e documental. Os principais resultados indicam a necessidade de se repensar a forma pela qual a política pública é criada e também a demanda de políticas públicas específicas para comunidades afetadas por desastres. Também evidencia a necessidade de capacitação dos assistentes sociais para atuarem nos desastres e, por conseguinte, a importância de se incluir a temática na grade curricular nos cursos de graduação de Serviço Social. A pesquisa aponta a imprescindibilidade da construção de outras narrativas por parte da comunidade afetada por desastre para que suas vozes não sejam silenciadas nem desqualificadas, utilizando a Arte e a Cultura, potências ético-políticas no Serviço Social, como elementos importantes da metodologia que irá auxiliar essa construção.

Palavras-chave: Serviço Social; Desastre socialmente construído; Risco; Arte; Intervenção; Política pública.

ABSTRACT

DE VASCONCELLOS, C.J.L. MENEGAT, M. (advisor). **RETHINKING THE SOCIAL WORKER'S INTERVENTION IN THE SOCIALLY CONSTRUCTED POST-DISASTER:** Art and Culture, powers in the construction of the ethical-political project. Rio de Janeiro, 2021. 93 p. Monograph (Social Service course) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

This monograph aims to rethink new forms of intervention in a post-disaster context, with Art and Culture as powers in the construction of the ethical-political project of Social Work, aiming for popular organization and mobilization, as well as health promotion in the community affected by disaster. The research exposes concepts related to the theme, which are crucial to denaturalize the social vulnerability specific to these situations, problematizes the issue of public policy in the context of disaster and also presents reports of experiences in this environment. The work was developed from the methodology of self-writing, bibliographical and documentary research. The main results indicate the need to rethink the way in which public policy is created and also the demand for specific public policies for the community affected by disaster. It also highlights the need for training social workers to work in disasters and, therefore, the importance of including the theme in the curriculum in undergraduate courses in Social Work. The research points out the indispensability of the construction of other narratives by the community affected by the disaster so that their voices are not silenced or disqualified, using Art and Culture, ethical-political powers in Social Work, as important elements of the methodology that will help this construction.

Keywords: Social Work; Socially constructed disaster; Risk; Art; Intervention; Public policy.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Marco Conceitual dos Determinantes Sociais da Saúde.....	30
Figura 2: Dados sobre as mulheres negras.	32
Figura 3: Manchete do Jornal Cruzeiro sobre as chuvas intensas que atingiram o litoral norte de São Paulo.	33
Figura 4: Equação do Risco.....	35
Figura 5: Linha do tempo 1(1988 - 2005).	588
Figura 6: Linha do tempo 2 (2007 - 2009)	59
Figura 7: Linha do tempo 3 (2011 - 2012).	60
Figura 8: Linha do tempo 4 (2013 - 2020).	61
Figura 9: Linha do tempo 5 (2020).....	62
Figura 10: Ciclo dos Desastres	71
Figura 11: Brumadinho.....	75
Figura 12: Operários de Brumadinho.	75

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Segurança e Insegurança alimentar leve, moderada e grave, segundo as regiões brasileiras – em %.....	46
Tabela 2: Dados Humanos.....	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AVADAN - Formulário de avaliação de danos

BM - Banco Mundial

CEMADEN - Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais

CNUCED - Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

CNAS - Conselho Nacional de Assistência Social

COVID-19 - Coronavírus

CUFA - Central Única das Favelas

DSS - Determinantes Sociais da Saúde

EIRD – Estratégia Internacional para Redução de Desastres

FAO (sigla em inglês) - Organização para a Alimentação e Agricultura

FIOCRUZ - Fundação Oswaldo Cruz

FMI - Fundo Monetário Internacional

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IOM (sigla em inglês) - Organização Internacional para as Migrações

MPC - Modo de produção capitalista

NESSA - Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais

NEPED - Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres

NOPRED - Formulário utilizado para notificação preliminar de desastre

ODAM - Observatório dos Desastres Ambientais

OMC - Organização Mundial do Comércio

OMS - Organização Mundial de Saúde

ONU - Organização das Nações Unidas

PAM - Programa Alimentar Mundial

PUC-Rio - Pontifícia Universidade Católica - Rio

REDE PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar

S2iD - Sistema Integrado de Informações sobre Desastres

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

TEPT - Transtorno de Estresse Pós-Traumático

UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

UNISDR (sigla em inglês) - Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres

VigiSAN - Vigilância da Segurança Alimentar e Nutricional

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
1 DESASTRE SOCIALMENTE CONSTRUÍDO.....	24
1.1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO/TERRITORIAL E A CONSTRUÇÃO DA DESIGUALDADE	24
1.2 CONSTRUÍDO SOCIALMENTE: O DESASTRE.....	28
1.3 RISCO	34
1.4 A SUBJETIVIDADE DO TRAUMA	37
2 ALGUNS DESASTRES ATUALMENTE EM CURSO: FOME, DESIGUALDADE E MUDANÇA CLIMÁTICA	40
2.1 A INSEGURANÇA ALIMENTAR.....	40
2.2 OS NÚMEROS DA FOME NO BRASIL	45
2.3 DUAS IRMÃS	47
2.4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O OCORRIDO NO MORRO DOS PRAZERES	48
2.4.1 Dados oficiais	48
2.4.2 Desdobramentos na vida das duas irmãs	50
2.5 UM PARÊNTESES: REGIÃO SERRANA 2011.....	50
3 POLÍTICAS PÚBLICAS EM TEMPOS DE DESASTRES SOCIALMENTE CONSTRUÍDOS	53
3.1 ONTEM E HOJE. O ONTEM É HOJE?.....	53
3.2 A HISTÓRICA RELAÇÃO ENTRE O SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA SOCIAL NO CAPITALISMO	53
3.2.1 O vínculo ontológico entre o Serviço Social e a Política Social	53
3.2.2 As particularidades da relação entre o Serviço Social e a Política Social no Brasil	54
3.2.3 As tensões e os desafios da relação entre o Serviço Social e a Política Social no contexto de crise	55
3.3 O QUE DIZ A LEI?	57
3.4 POLÍTICA PÚBLICA EM TEMPOS DE DESASTRES	64
4 INTERVENARTE (Intervenção + Arte).....	71
4.1 BRUMADINHO	73
4.2 A NECESSIDADE DA ARTE.....	76

4.2.1 Arte Humanitária	77
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86

INTRODUÇÃO

“Repensando a intervenção da (o) assistente social no pós-desastre socialmente construído: Arte e Cultura, potências na construção do projeto ético-político” é o que propõe o presente estudo.

A metodologia adotada nesse estudo é a escrita de si, pensando na minha construção de vida e no que me levou ao tema. Segundo Judith Butler:

[...]Quando o “eu” busca fazer um relato de si mesmo, pode começar consigo, mas descobrirá que esse “si mesmo” já está implicado numa temporalidade social que excede suas próprias capacidades de narração; na verdade, quando o “eu” busca fazer um relato de si mesmo sem deixar de incluir as condições de seu próprio surgimento, deve, por necessidade, tornar-se um teórico social (2015, p. 18).

A partir da palavra “repensando”, utilizada no título do presente trabalho, as primeiras ideias são apresentadas. Repensando, neste trabalho, não traz a ideia de “reinventar a roda” ou de um pretense “messianismo”. Por que gerúndio? Esse tempo verbal expressa algo dinâmico, em movimento e/ou desenvolvimento. É exatamente por isso que a palavra “repensando” foi escolhida. É neste cenário “pós”, onde as demandas são singulares e dinâmicas, que a palavra ‘repensando’ emerge no sentido de pensar novas formas de organização e mobilização social, bem como de promoção de saúde coletiva, com enfoque na saúde mental.

De forma sucinta, de acordo com a Organização Mundial de Saúde¹, o conceito de catástrofe está relacionado a atividades de reconstrução em situações de desastres de magnitude especial. Outros autores englobam ainda, no conceito de catástrofe, a ruptura de todas as estruturas sociais de uma sociedade².

O Escritório das Nações Unidas para a Redução do Risco de Desastres (UNISDR, sigla em inglês) aponta três características na conceituação de desastre: a interrupção na dinâmica social; o impacto na economia local e no meio ambiente; e a incapacidade da região afetada para lidar com o ocorrido utilizando seus próprios recursos³.

Existe uma outra conceituação teórica para desastre, que seria a expressão “desastre socialmente construído”. O desastre socialmente construído estaria relacionado às questões estruturais, normalmente ocorrendo a partir da interação entre risco

¹Organização Mundial da Saúde. Disponível em <<https://www.who.int/hac/about/definitions/en/>>. Acesso em 29 de julho de 2020.

²GARCIA-RENEDO, 2008, apud FAVERO et al, 2014.

³Terminology on disaster, risk, reduction (UNISDR, United Nations, 2017). Disponível em <<https://www.undrr.org/terminology/disaster>>. Acesso em 29 de julho de 2020.

(construído socialmente) e território, portanto uma construção histórica que perpetua a desigualdade e a injustiça social.

Roberto do Carmo afirma:

O Brasil talvez seja o caso mais emblemático de como a industrialização, em sua relação com o desenvolvimento econômico, gerou distribuição desigual de ganhos e de custos sociais e ambientais, refletidos na constituição de uma rede urbana e de malhas urbanas caracterizadas pela desigualdade. Essa desigualdade revela-se em sua plenitude quando abordamos as situações de desastre. Os desastres, assim como as cidades, são socialmente construídos. Os desastres, em sua maioria, são reveladores de quais espaços, econômico e social, estão reservados para os diferentes grupos sociais. E em que medida cada um desses grupos sociais está exposto aos riscos de desastres (2014, p.1).

As catástrofes e os desastres socialmente construídos estão inseridos em tempo e espaço definidos. Entenda-se, por tempo, o momento histórico, e, por espaço, o território⁴. Ambos circunscrevem hábitos e culturas, e, nesse sentido, o cenário de pós-catástrofe e de pós-desastre socialmente construído é um cenário de devastação territorial, emocional e física. Um cenário onde nada será como antes.

Considerando a relevância das questões estruturais construídas historicamente nestes territórios, ousou dizer que, antes das ameaças naturais que culminam no desastre socialmente construído, as pessoas que ocupam estes territórios, além de serem alienadas da riqueza socialmente produzida e do direito à cidade, passam a experimentar, após as consequências do desastre, a agudização da alienação sofrida previamente somada à alienação exacerbada da condição genérico-humana. Isto é, há a reiteração do racismo/violência estrutural. Agnes Heller, ao referir-se à estrutura da vida cotidiana, assevera que:

Deve-se afirmar, antes de mais nada, que alienação é sempre alienação em face de alguma coisa e, mais precisamente, em face das possibilidades concretas do desenvolvimento genérico da humanidade. [...] Como vimos, a condução da vida não pode se converter em possibilidade social universal a não ser quando for abolida a alienação. Mas não é impossível empenhar-se na condução da vida mesmo enquanto as condições gerais econômico-sociais ainda favorecem a alienação. Nesse caso, a condução da vida torna-se representativa, significa

⁴ Para Saquet, “O território significa natureza e sociedade; economia, política e cultura; ideia e matéria; identidades e representações; apropriação e dominação e controle; descontinuidades; conexões e redes; domínio e subordinação; degradação e proteção ambiental; terra, formas espaciais e relações de poder, diversidade e unidade” (p.24). Para Santos (1999), “O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida” (2013, p.8).

um desafio à desumanização, como ocorreu no estoicismo ou no epicurismo. Nesse caso, a “ordenação” da cotidianidade é um fenômeno nada cotidiano: o caráter representativo, “provocador”, excepcional, transforma a própria ordenação da cotidianidade numa ação moral e política (2014, pp. 56, 57 e 61).

O fato é que a ação do homem sobre a natureza implica diversas consequências, ainda que não imediatas. Engels, ao escrever “O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem”, menciona que os homens na Mesopotâmia, na Grécia, na Ásia Menor e em outras regiões, ao devastarem os bosques para obterem centros de cultivo, sequer imaginaram que esta interferência estaria assentando a base da aridez destas terras. Assim também os italianos dos Alpes que, ao destruírem nas encostas meridionais os bosques de pinheiros, estavam extinguindo as raízes da indústria de laticínios em sua região, sem imaginarem que suas ações deixariam secas suas fontes ao longo do ano e, quando chegasse a época das chuvas, suas torrentes seriam despejadas furiosamente sobre a planície.

Mas, se foram necessários milhares de anos para que o homem aprendesse, em certo grau, a prever as remotas consequências naturais no sentido da produção, muito mais lhe custou aprender a calcular as remotas consequências sociais desses mesmos atos (ENGELS, 1876, p. 9).

Engels, em 1876, de forma visionária, já vislumbrava o que o modo de produção capitalista potencialmente causaria ao meio ambiente e às pessoas nele inseridas.

No ano de 2016, durante a realização do VII Fórum Social Mundial das Migrações em São Paulo, foi redigida a Declaração da Assembleia de Movimentos Sociais, contendo demandas dos imigrantes, que foram divididas em seis eixos temáticos. No eixo 4, “Migração, os direitos da mãe natureza, a mudança climática e as disputas norte-sul”, a principal denúncia/reivindicação estabelece nexos entre o capitalismo extrativista, seu sistema de produção e consumo e o impacto direto no meio ambiente, intensificando os efeitos da mudança climática. Segundo dados apresentados no documento já existem cinquenta milhões de deslocados ambientais, produto do aquecimento global, e a estimativa é de duzentos e cinquenta milhões de pessoas nas próximas décadas⁵.

Por sua vez, ainda que Bandeira, Zary e Campos considerem os desastres como naturais — o que diverge da perspectiva deste trabalho —, os dados apresentados por estes autores são relevantes:

⁵ Dados extraídos do site do Fórum Social Mundial das Migrações. Disponível em: <<http://fsmm2016.org/index.php/pt-br/apresentacao/outras-edicoes>>. Acessado em 26 de agosto de 2016.

Devido ao crescimento urbano desordenado e às alterações climáticas, a população mundial está cada vez mais propensa a sofrer a ação de desastres naturais (ONU BR, 2012), e com isso, o risco de perdas humanas e materiais, causado por desastres naturais, tem aumentado sensivelmente. Entre os anos de 2002 e 2011, cerca de 400 desastres naturais ocorreram anualmente ao redor do mundo, afetando 270 milhões de pessoas, e levando a óbito 110 mil indivíduos (Guha-Sapir *et al.*, 2013). Ainda, é previsto que, até 2050, as perdas devido aos desastres naturais cheguem a 300 bilhões de dólares e 100 mil vidas por ano (Lavell, 2003) (BANDEIRA; ZARY; CAMPOS, 2016, p. 1).

É incontestável que o cenário de pós-catástrofe e pós-desastre, cada vez mais presente no cotidiano da população — repleto de pessoas com diversos traumas, com transtorno de estresse pós-traumático (TEPT), com perdas materiais e físicas — configura-se no território tensionado pelas questões pré-existentes, socioeconômicas e estruturais, que são visibilizadas numa amplitude de longo alcance através de jornais impressos/televisivos, da internet e das redes sociais; e este território, ainda que tensionado, também poderá se constituir num espaço coletivo de organização e mobilização social. E é nesse contexto que a (o) assistente social pode repensar seu projeto de intervenção para além das demandas que já lhe são dadas pela Assistência Social.

Nesse sentido, a vivência como atriz e arte-educadora, aliada a uma natureza curiosa e exploratória, fez com que meus caminhos se entrelaçassem com o Serviço Social, objetivando a interlocução entre as duas áreas de conhecimento.

A formação profissionalizante de atriz e depois a graduação em Educação Artística, Licenciatura Plena, Habilitação em Artes Cênicas me levaram a trilhar caminhos em territórios urbanos periféricos, atuando em ações voluntárias e também ministrando cursos livres e/ou oficinas na área de teatro. Durante a graduação, no meu estágio supervisionado numa escola estadual, e depois de formada, nestes territórios tive contato com diversos tipos de violência, dentre elas a física e a sexual, além do racismo/violência estrutural ao qual estão submetidas as pessoas que habitam os territórios urbanos periféricos.

Dando um salto no tempo, chego ao deslizamento no Morro dos Prazeres, em 2010, no bairro de Santa Teresa. Por conhecer duas famílias que residiam no local, tive contato com a realidade social que influenciaria a escolha do meu objeto de pesquisa. No ano seguinte, 2011, o ocorrido na Região Serrana⁶ e suas repercussões na vida das pessoas afetadas fez com

⁶ Entre os dias 11 e 12 de janeiro de 2011, chuvas de grande intensidade deflagraram inundações e deslizamentos na Região Serrana do Rio de Janeiro, afetando os municípios de Areal, Bom Jardim, Nova Friburgo, São José do Vale do Rio Preto, Sumidouro, Petrópolis e Teresópolis, que decretaram estado de calamidade pública (ECP). Também foram afetados os municípios de Santa Maria Madalena, Sapucaia, Paraíba do Sul, São Sebastião do Alto, Três Rios, Cordeiro, Carmo, Macuco e Cantagalo.

Não estive na Região Serrana, mas os desdobramentos foram amplamente noticiados e repercutem na vida das pessoas afetadas até hoje.

que eu começasse a esboçar o que chamo de Arte Humanitária⁷, que seria uma intervenção multiprofissional de ação contínua junto à população afetada após o momento da resposta ao ocorrido. E que foi explorada em meu trabalho de conclusão de especialização “Atendimento a Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência Doméstica”, na PUC-Rio em 2013, que posteriormente me levaria à graduação, em fase de conclusão, em Serviço Social. Desde então, o contexto de catástrofes, de situações emergenciais, de calamidades públicas e de desastres passou a ser meu objeto de pesquisa, ainda que de forma autodidata.

As leituras críticas no curso de Serviço Social, minha inserção na especialização Ciência, Arte e Cultura na Saúde na FIOCRUZ em 2016 e as interlocuções entre Ciência e Arte foram determinantes para que, em meu íntimo, conceitos fossem revistos e ganhassem novos contornos. O que, inicialmente, eu denominava “desastres naturais”, passei a compreender como desastres socialmente construídos. Outra contribuição importante foram os estudos realizados no grupo de pesquisa da Professora Cleusa Santos, da UFRJ, Seguridade Social, Organismos Internacionais e Serviço Social (SSOIS), que me aproximou da temática da questão migratória, das diversas violências sofridas pelos migrantes e do adoecimento mental que faz parte do cotidiano desses sujeitos.

Em novembro de 2017 — em fase de escrita do TCC da FIOCRUZ — tive a oportunidade de colocar em prática o que vinha teorizando em meus escritos pessoais. Foi em uma viagem de cunho humanitário, cujo foco era o atendimento médico aos refugiados da guerra da Síria, quando integrei o grupo como voluntária na área de arte-educação. Retornei tão impactada com a vivência em campo que iniciei um novo projeto para defender na especialização, cujo enfoque foi a potência da arte/arte-educação como promoção de saúde mental entre os refugiados.

E a saúde mental tem sido assunto recorrente neste contexto pandêmico. Sendo assim, as três definições iniciais — catástrofe, desastre e desastre socialmente construído — são importantes, pois estão relacionadas, porém não no sentido *stricto sensu* das conceituações, à conjuntura global pós-surgimento da COVID-19.

O impacto da COVID-19 nas relações sociais e nas relações de produção pode ser considerado uma catástrofe global, pois promoveu a ruptura de todas as estruturas sociais, ao mesmo tempo em que cidades, municípios e estados foram incapazes de lidar

⁷ Em linhas gerais, a Arte Humanitária consiste em intervir de maneira efetiva nas situações emergenciais, utilizando a Arte como instrumento de reconstrução e criação. A Arte como ponto de partida, considerando a sustentabilidade e a independência econômica. Nesse sentido, o artista social e também a equipe multiprofissional (engenheiros, geógrafos, arquitetos, assistentes sociais, psicólogos, antropólogos, cientistas políticos, educadores etc.) devem ser capacitados antes de atuar em situações emergenciais.

com o ocorrido valendo-se dos seus próprios recursos. E, se tal fato não foi 100% uma tendência mundial, chegamos bem perto disso. Assim, a União Europeia reuniu seus líderes para tecer um acordo sobre o pacote de recuperação pós-pandemia⁸. Donald Trump, “embora a contragosto” tomou algumas medidas no sentido de minimizar a retração econômica decorrente do isolamento social, e declarou que a epidemia de coronavírus nos Estados Unidos configurava uma emergência nacional. Liberando recursos federais, que foram utilizados nos estados americanos mais afetados⁹, Trump adotou, ao mesmo tempo, outras medidas, como um programa emergencial de distribuição de renda aos trabalhadores afetados pela pandemia. Países, como o Reino Unido, a França e outros, tomaram medidas semelhantes. No Brasil, foi decretado o inédito estado de calamidade pública em nível federal¹⁰. O governo, sob forte pressão do Congresso Nacional, propôs um auxílio emergencial no valor de R\$ 200,00 (recusado na plenária, que determinou o valor do auxílio de R\$ 500,00). Esse valor foi reajustado pelo presidente Jair Bolsonaro para R\$ 600,00, com claros fins eleitoreiros. E, ainda que insuficiente, criou-se um programa emergencial de distribuição de renda aos trabalhadores afetados pela pandemia.

Em face de tudo que foi exposto, há que se ressaltar o conceito central de catástrofe e as atividades de reconstrução que essas situações demandam. O mundo, durante e após a pandemia, está passando, e ainda passará, por um intenso processo de reconstrução e reestruturação, seja nas relações sociais, seja nas relações de trabalho.

Nesse sentido, a disseminação de *lives* nas redes sociais com conteúdos artísticos e culturais diversificados, bem como *lives* em varandas, projeções de filmes em fachadas de prédios, *tours* virtuais por renomados museus, e até mesmo o ressurgimento do extinto cine *drive-in* reafirmam a importância da Cultura e da Arte na reorganização das relações sociais em tempos de pandemia e também na construção da categoria da totalidade no que concerne ao “ser social”. Esses aspectos, dentre os quais a manifestação artística, assumem a proeminência na promoção da saúde coletiva, nela incluída a saúde mental, nestes tempos tão sombrios e incertos.

⁸ Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/1%C3%ADderes-da-ue-chegam-a-acordo-sobre-pacote-de-recupera%C3%A7%C3%A3o-p%C3%B3s-pandemia/a-54251877>>. Acesso em 29 de julho de 2020.

⁹ Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2020/03/14/declaracao-de-emergencia-de-trump-libera-ate-us-50-bi-contracoronavirus.htm>>. Acesso em 29 de julho de 2020.

¹⁰ Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-mar-20/senado-aprova-decreto-reconhece-estado-calamidade-publica>>. Acesso em 13 de agosto de 2020.

Ciente das ações artísticas ocorridas em Brumadinho¹¹, o diferencial do presente estudo é sua contribuição nas situações pós-desastres, buscando elucidar as lacunas existentes nos projetos de intervenção nestes contextos, e, a partir dessas lacunas, pensar no projeto de intervenção tendo a Arte e a Cultura como potências na construção do projeto ético-político do Serviço Social nestes cenários, visando à organização e à mobilização social, bem como à promoção da saúde com enfoque na saúde mental.

Partindo desse — não tão recente — protagonismo da Arte e Cultura no cenário mundial, promovendo a saúde coletiva e mental, sendo simplesmente Arte e Cultura, ou mobilizando socialmente para arrecadar fundos e alimentos, As questões centrais norteadoras da pesquisa são: como repensar um projeto de intervenção no cenário de pós-catástrofe e pós-desastre socialmente construído com as demandas assistenciais já postas? Como a Arte e a Cultura podem ser potências na construção do projeto ético-político, na redefinição do projeto de intervenção no cenário de pós-catástrofe e pós-desastre socialmente construído, e na materialização dos princípios fundamentais do Código de Ética do Serviço Social, de 1993?

Nesse sentido, o primeiro capítulo do presente trabalho apresenta o conceito de desastre socialmente construído, de risco e a subjetividade do trauma. O segundo capítulo aborda desastres atualmente em curso: fome, desigualdade e mudança climática. O terceiro capítulo faz um recorte sobre a legislação e promove reflexões sobre a política pública em tempos de desastres socialmente construídos. O quarto capítulo trata de uma proposta de intervenção e da necessidade da Arte face à subjetividade traumática dos sujeitos afetados e visa reunir elementos para responder às questões centrais. E, por fim, apresento as considerações finais.

¹¹ A Arte Abraça Brumadinho e A Arte Transforma Realidades (estes projetos serão apresentados no capítulo 3).

"[...]Barbárie não é algo como dança no gelo, uma técnica que precisa ser aprendida[...].

Trata-se antes de um subproduto da vida em determinado contexto social e histórico, algo que vem com o território[...]"

Eric Hobsbawn

1. DESASTRE SOCIALMENTE CONSTRUÍDO

1.1 A PRODUÇÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO/TERRITORIAL E A CONSTRUÇÃO DA DESIGUALDADE

A cidade do Rio de Janeiro, também conhecida como “Cidade Maravilhosa”¹², possui uma diversidade topográfica que contrasta mar e montanha, incluindo a Floresta da Tijuca, considerada a maior floresta urbana do mundo.

Nas encostas desta “Cidade Maravilhosa”¹³, cresceram inúmeras habitações populares, espaços conhecidos como favelas. A cidade do Rio de Janeiro, vista do alto, descortina não só o contraste entre o mar e a montanha, mas também as favelas que vão se multiplicando não só pelas encostas, mas também em áreas periféricas.

Mike Davis (2006) afirma que, desde 1970, o crescimento das favelas em todo o Hemisfério Sul ultrapassou a urbanização propriamente dita, e que na Amazônia — segundo o autor, uma das fronteiras urbanas que mais cresce no mundo — 80% do crescimento das cidades ocorrem nas favelas, que, em sua grande maioria, são privadas de serviços públicos essenciais, o que correlaciona, assim, urbanização com favelização.

Assim, as cidades do futuro, em vez de feitas de vidro e aço, como fora previsto por gerações anteriores de urbanistas, serão construídas em grande parte de tijolo aparente, palha, plástico reciclado, blocos de cimento e restos de madeira. Em vez das cidades de luz arrojando-se aos céus, boa parte do mundo urbano do século XXI

¹² Sobre a expressão “Cidade Maravilhosa”: circulam duas versões para o nascimento da expressão “Cidade maravilhosa”. A primeira diz que ela foi criada pelo escritor maranhense Coelho Neto, no artigo “Os sertanejos”, publicado no jornal *A Notícia* de 29 de novembro de 1908. O mesmo autor lançou, em 1928, um livro chamado exatamente *Cidade maravilhosa*, que continha uma série de crônicas sobre o Rio de Janeiro. A segunda versão diz que ela surgiu em 1913, no livro de poemas *La ville merveilleuse*, da escritora francesa Jane Catulle-Mendès, que visitara o Rio dois anos antes. A expressão também batizava o programa radiofônico “Crônicas da Cidade Maravilhosa”, criado no início da década de 1930 por César Ladeira na Rádio Mayrink Veiga. Disponível em <<https://ims.com.br/por-dentro-acervos/cidade-maravilhosa-i-andre-filho-e-a-saga-de-uma-marcha-hino/>>. Acesso em 17 de agosto de 2021.

¹³ A marcha “Cidade Maravilhosa”: em 1934, o jovem compositor Antônio André de Sá Filho (nascido na Rua da Carioca em 21 de março de 1906) contava 28 anos e várias músicas gravadas, algumas por ele mesmo e as demais pelos grandes cartazes da época, como Francisco Alves, Mário Reis, Sílvio Caldas e as irmãs Miranda (Carmen e Aurora). Nessa época, criou uma marcha em homenagem ao Rio de Janeiro, como contam Jairo Severiano e Zuza Homem de Mello no primeiro volume de “A canção no tempo” (Editora 34), página 130: no início da década de 1930, o Rio era embelezado com a estátua do Cristo Redentor e a modernização de vários trechos da cidade, criando maiores condições para deixar o turista maravilhado. Foi nesta ocasião que, motivado por uma promoção chamada Festa da Mocidade, em que se elegia a Rainha da Primavera, André Filho compôs “Cidade maravilhosa”. O título reproduzia uma expressão consagrada pelo escritor Coelho Neto. Disponível em <<https://ims.com.br/por-dentro-acervos/cidade-maravilhosa-i-andre-filho-e-a-saga-de-uma-marcha-hino/>>. Acesso em 17 de agosto de 2021.

instala-se na miséria, cercada de poluição, excrementos e deterioração (DAVIS, 2006, pp. 28-29).¹⁴

O morador da favela tem uma “visão privilegiada da ordem e do progresso” construídos. O morador da periferia também possui uma “visão privilegiada da ordem e do progresso” construídos. Um tem a visão do alto e o outro tem a visão ao largo. Tudo a perder de vista: saneamento, educação, saúde, mobilidade.

A visão do alto e a visão ao largo estão relacionadas ao que Florestan Fernandes conceituou como uma forma de democracia restrita, resultante da reprodução das relações sociais entre a burguesia e as classes populares. Relação permeada pela contradição, a burguesia não possui força política para interferir na agenda política — nem para influenciar em 100% todos os grupos que a formulam — e, muito menos solucionar as pressões coletivas oriundas das classes populares, resultando então numa forma de democracia restrita, "aberta e funcional só para os que tem acesso à dominação burguesa" (FERNANDES, 1976, p. 209).

O grupo Planet Hemp, com sua música “Zerovinteum”, expressa essa contradição do título de “Cidade Maravilhosa”, onde coabitam as belas paisagens e a desigualdade social:

[...] É muito fácil falar de coisas tão belas
De frente pro mar mas de costas pra favela
De lá de cima o que se vê é um enorme mar de sangue
Chacinas brutais, uma porrada de gangue
O Pão de Açúcar de lá o diabo amassou
Esse é o Rio e se você não conhece, bacana,
Tome cuidado, as aparências enganam [...]
 [...] Cuidado pra não se queimar na praia do arrastão
É...
Rio de Janeiro
A cidade é maravilhosa mas se liga, mermão
É...
Rio de Janeiro
Aqui fazem sua segurança assassinando menor
É...
Rio de Janeiro
Então fica de olho aberto malandragem não tem dó
É...
Rio de Janeiro.¹⁵

¹⁴ A afirmativa de Mike Davis aponta que as gerações anteriores de urbanistas, ao pensar as cidades do futuro, desconsideraram as desigualdades sociais e econômicas que contribuíram e contribuem para a favelização e a construção de moradias consideradas inadequadas. Porém, com o avanço da pesquisa surge a bioconstrução, que objetiva a construção de ambientes sustentáveis, utilizando materiais de baixo impacto e o tratamento de resíduos. Nesse sentido os materiais mencionados por Davis (palha, plástico reciclado, madeira) que evidenciam a desigualdade social e econômica ante a cidade do futuro projetada pelos urbanistas, são utilizados na bioconstrução, provocando menos impacto ambiental e também trazendo uma nova perspectiva de construção que, aliada ao domínio das técnicas construtivas e a valorização das técnicas tradicionais, confere autonomia à comunidade.

¹⁵ Música “Zerovinteum”. Disponível em <<https://www.lettras.mus.br/planet-hemp/79173/>>. Acesso em 17 de agosto de 2021.

A constituição do êxodo rural associado à industrialização e à conseqüente urbanização, somada às desigualdades econômicas e históricas que constituem a produção do espaço geográfico/territorial, num país da periferia do capitalismo, podem explicar o surgimento das favelas na cidade.

A esse respeito, Ermínia Maricato, afirma:

Considerando-se que a população das favelas cresce na base de 25 milhões de pessoas a cada ano — conforme lembra Mike Davis ao citar os dados da UN-Habitat — e que as mais altas taxas de urbanização são observadas nos países pobres, que eram ou ainda são, predominantemente rurais, esse processo diz respeito à maioria do planeta (MARICATO, *apud* DAVIS, 2006, p. 209).

A escravidão foi um dos principais marcos na expressão de uma cidade organizada para acomodar as desigualdades e naturalizá-las. A “Reforma de Pereira Passos” (que tomou o nome do então prefeito da cidade do Rio de Janeiro), em 1903), teve forte influência da cultura burguesa européia. Em nome do progresso, foram extintos os cortiços então existentes, considerados insalubres, obrigando a população que neles residia a migrar para a periferia ou ocupar os morros cariocas. De lá para cá, o que se vê é o aumento dessa desigualdade, não só no Rio de Janeiro ou outras cidades, mas em todo o território nacional. Nas grandes cidades, isso se torna mais visível devido ao processo de gentrificação, onde há a revitalização do espaço urbano, “enobrecendo” uma área que era considerada periférica, e, conseqüentemente, expulsando os periféricos deste “novo espaço urbano” por não terem poder de compra.

Outro exemplo histórico é o surgimento do bairro de Vila Kennedy — às margens da Avenida Brasil, que, naquela época, era considerada área rural — com verbas do programa “Aliança Para o Progresso”, que recebeu pessoas desalojadas do Morro do Pasmado, extinta favela no bairro de Botafogo; da extinta favela da Praia do Pinto, situada entre o Leblon e a Lagoa; da favela Maria Angu, localizada nos bairros da Penha e de Ramos; bem como os moradores da extinta Favela do Esqueleto, desalojados por conta de reintegração e de posse do terreno, no bairro do Maracanã¹⁶.

Mike Davis (2006) apresenta dados no período compreendido entre 1965-1974, onde constam 139 mil removidos na cidade do Rio de Janeiro.

Construir casas populares longe do Centro, sem infraestrutura de escolas, hospitais, comércio e mobilidade urbana, é uma “tradição”. Expulsar as pessoas com baixo poder aquisitivo das áreas nobres devido à especulação imobiliária também é outra “tradição”. Essas duas “tradições” configuram o que denomino de construção histórica e desigual no que

¹⁶ Fonte Wikipedia. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Vila_Kennedy>. Acesso em 05 de fevereiro de 2021.

concerne à habitação e à ocupação territorial, duas coisas distintas que dialogam uma com a outra. A esse respeito, Davis afirma:

A segregação urbana não é um *status quo* inalterável, mas sim uma guerra social incessante na qual o Estado intervém regularmente em nome do “progresso”, do “embelezamento” e até da “justiça social para os pobres”, para redesenhar as fronteiras espaciais em prol de proprietários de terrenos, investidores estrangeiros, a elite com suas casas próprias e trabalhadores de classe média [...] A escala contemporânea de remoção populacional é imensa: todo ano centenas de milhares, por vezes milhões de pobres — tanto aqueles que têm a posse legal quanto invasores — são despejados à força de bairros do Terceiro Mundo. Em consequência, os pobres urbanos são nômades, “moradores transitórios num estado perpétuo de realocação” [...] É claro que os conflitos de classe mais intensos por espaço urbano ocorrem no centro das cidades e nos principais entroncamentos urbanos [...] Sejam quais forem a feição política e os diversos níveis de tolerância à ocupação de terras e ao assentamento informal em sua periferia, a maioria dos governos de cidades do Terceiro Mundo está permanentemente engajada num conflito com os pobres das áreas centrais. Em algumas cidades — o Rio de Janeiro é um caso famoso —, a limpeza das favelas já tem gerações, mas tomou ímpeto irresistível na década de 70, quando o valor dos terrenos explodiu [...] Nas grandes cidades do Terceiro Mundo, o papel panóptico coercitivo de “Hausmann” costuma ser desempenhado por órgãos especializados de desenvolvimento; subvencionados por financiadores estrangeiros como o Banco Mundial e imunes aos vetos locais, a sua tarefa é limpar, construir e defender ilhas de cibermodernidade em meio a necessidades urbanas não atendidas e ao subdesenvolvimento em geral (2006, pp. 105 – 107).

Outro aspecto importante apontado por Davis (2006) está relacionado à invisibilidade dos locatários na favela, pois, em caso de modernização urbana que necessite de desocupação do imóvel, eles não costumam ter direito a indenização nem a reassentamento.

E, embora o direito à habitação esteja estabelecido no Art. 6º da Constituição Federal, ele não é garantido de forma equânime à população brasileira (BRASIL, 1988).

Ao se referir à tragédia urbana brasileira, Ermínia Maricato (2006) enfatiza que não foram apenas a taxa de urbanização e o crescimento demográfico que a alimentaram. Apresentando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), aponta que, dos 10% da população em cidades em 1900, passou-se a 81% decorridos 100 anos. E que a concentração urbana foi uma das características deste crescimento donde “[...] 32,9% da população urbana moram em onze metrópoles, onde estão também 82,1% dos domicílios localizados em favelas do total nacional, o que revela o caráter concentrador da pobreza urbana nas metrópoles [...]” (MARICATO, *apud* DAVIS, 2006, p. 215).

Concorreu para isso o fenômeno da industrialização acelerada, acompanhado da expulsão da população do campo em decorrência da execução de projetos como os de mineração, construção de hidrelétricas e exploração do agronegócio, entre outros. A urbanização foi incrementada, concentrando mão de obra barata nos centros urbanos, e foi

implementada nas décadas de 1960 e 1970 a política baseada nos conceitos de desenvolvimentismo conhecida como o “milagre brasileiro”, durante o regime militar.

Relacionando a economia com a urbanização, Maricato afirma que, a partir dos anos 1980, o aumento do desemprego e da pobreza urbana mudaram a imagem das cidades no Brasil. Afirma que o objetivo da modernização, de superar o atraso e a violência localizados no campo, não se concretizou. Ao invés dessa superação, o que se vê nas cidades são “[...] crianças abandonadas, epidemias, enchentes, desmoraamentos, tráfego infernal, poluição do ar, poluição dos rios, favelas, e... violência[...]” (*ibidem*, p. 216). Em suma, o produto do progresso é o colapso urbano!

E esse colapso é o tema do próximo subitem.

1.2 CONSTRUÍDO SOCIALMENTE: O DESASTRE

O desastre socialmente construído é uma forma de representação da grande crise do capitalismo e também uma representação do colapso urbano. É uma concepção corrente da realidade e, ao mesmo tempo, uma forma de representação desta realidade. Assim, conforme Marildo Menegat, “as grandes crises no capitalismo, que tendem a ser cumulativas e cada vez mais destrutivas, são momentos de perturbações tanto das concepções correntes da realidade como de suas formas de representação” (2019, p. 229).

Entre os pesquisadores brasileiros que estudam a temática dos desastres, Norma Valencio é uma referência. É professora sênior da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) que, em 2005, fundou o Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED) na universidade mencionada, e ela afirma que:

Para a Sociologia dos Desastres, há certo consenso que o termo desastre designa um acontecimento trágico, o qual associa elementos físicos e um dado contexto social. Ao menos quatro indagações são pertinentes quando ouvimos rumores sobre a ocorrência de um desastre, a saber: “ocorreu o quê?”, “aonde”, “quando?” e “com quem?”. Trata-se de questões indissociáveis porquanto um desastre exige uma configuração espaço-temporal e sócio-histórica para manifestar-se. Sua característica como fenômeno adverso é pertinente na medida em que deflagra rupturas indesejáveis e imprevistas, em vários níveis, no quadro das relações sociais especializadas, desarrumando-as de um modo difícil para sua recomposição (2010, p. 31).

A concepção acima, segundo Valencio (2010), possibilita inúmeras considerações secundárias que levam às diferentes representações da realidade e, por conseguinte, a uma quinta pergunta: quem foi o responsável?

A autora enumera três situações relacionadas ao desastre que caracterizam “aspectos da ausência da linearidade entre a realidade concreta e as práticas do Estado” (*ibidem*, p. 40):

- 1) A primeira situação contém elementos suficientes que poderiam tipificar um desastre, porém o ente público da jurisdição não compreende os acontecimentos como tal e, portanto, não é feita a comunicação oficial.
- 2) A segunda situação não contém elementos que poderiam tipificar um desastre, tais como fenômenos adversos e alto grau de perdas e danos, de forma que haja degradação humana entre os afetados. Porém, o ente público da jurisdição faz a comunicação oficial tipificando como desastre.
- 3) A terceira situação está relacionada a eventos reiterados em determinada localidade, afetando os mesmos grupos sociais, e o discurso das autoridades — apesar da reincidência do ocorrido — é que foram pegos de surpresa!

O fato é que sempre há mais de uma maneira de se narrar uma história, neste caso um desastre. Sobre a diversidade de narrativas, resgato Thamy Pogrebinski ao mencionar Giovanni Papini, como o criador da metáfora que melhor explica o pragmatismo:

[...] o pragmatismo opera como o corredor de um hotel no qual cada quarto se encontra ocupado por uma teoria diferente, por uma tradição filosófica distinta. Este corredor dá acesso a todos os quartos, sem que se precise, contudo, escolher um deles para entrar. Ao passo que todos os hóspedes deste grande hotel que é o pensamento, precisam, necessariamente, passar pelo corredor para entrar e sair de seus aposentos (POGREBINSCHI, 2005, pp. 15-16).

E esse mesmo pragmatismo emerge como “o som de muitas vozes” ao se referir ao desastre e ao risco com perspectivas tão distintas e por vezes antagônicas, que são materializadas no atendimento aos sujeitos afetados por desastres, o que, por sua vez, evidencia a disputa existente entre estas perspectivas.

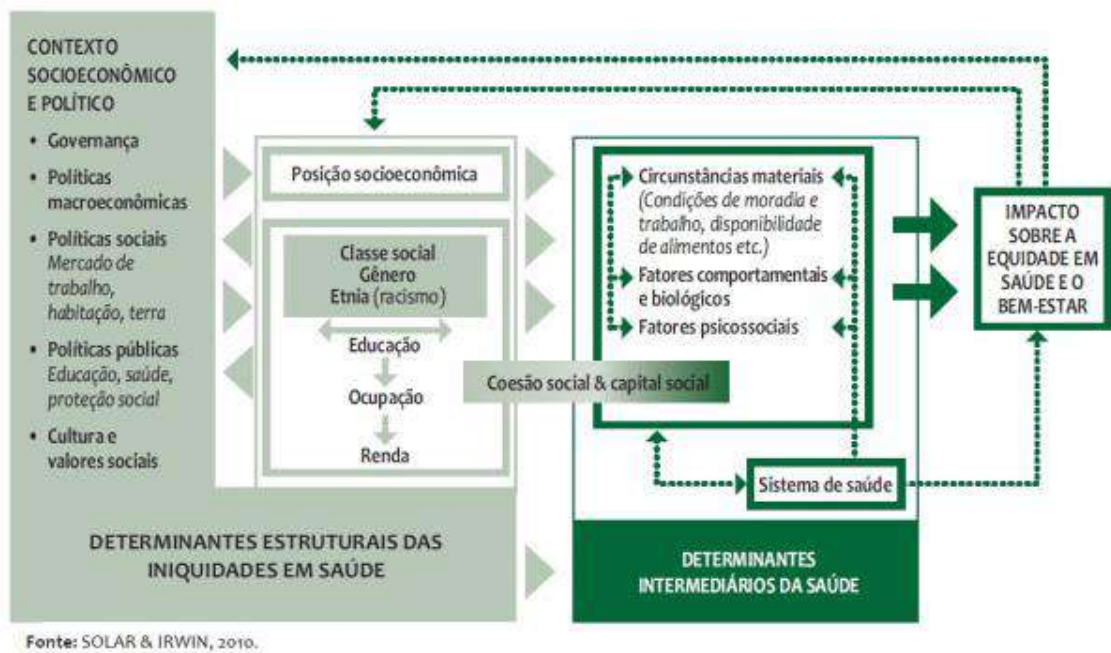
Sendo assim, é impossível desconsiderar que os Determinantes Sociais da Saúde (DSS) permeiam a construção social/conceitual do desastre e do risco. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS):

Os Determinantes Sociais da Saúde (DSS) são os fatores não médicos que influenciam os resultados da saúde. São as condições em que as pessoas nascem, crescem, trabalham, vivem e envelhecem. Eles são o conjunto mais amplo de forças e sistemas que moldam as condições da vida diária. Essas forças e sistemas incluem políticas e sistemas econômicos, agendas de desenvolvimento, normas sociais, políticas sociais e sistemas políticos. Os Determinantes Sociais da Saúde (DSS) têm uma influência importante nas iniquidades em saúde - as diferenças injustas e evitáveis no estado de saúde observadas dentro e entre os países. Em países com todos os níveis de renda, saúde e doença seguem um gradiente social: quanto mais baixa a posição socioeconômica, pior é a saúde. A lista a seguir fornece exemplos dos determinantes

sociais da saúde, que podem influenciar a equidade em saúde de maneiras positivas e negativas: renda e proteção social; educação; desemprego e insegurança no trabalho; condições de vida profissional; insegurança alimentar; habitação, amenidades básicas e meio ambiente; desenvolvimento na primeira infância; inclusão social e não discriminação conflito estrutural; acesso a serviços de saúde acessíveis e de qualidade decente. A pesquisa mostra que os determinantes sociais podem ser mais importantes do que os cuidados de saúde ou as escolhas de estilo de vida para influenciar a saúde. Por exemplo, vários estudos sugerem que os DSS são responsáveis por 30-55% dos resultados de saúde. Além disso, as estimativas mostram que a contribuição de setores fora da saúde para os resultados de saúde da população excede a contribuição do setor de saúde. Abordar os determinantes sociais de saúde de maneira adequada é fundamental para melhorar a saúde e reduzir as antigas desigualdades em saúde, o que requer ação de todos os setores e da sociedade civil¹⁷.

A imagem abaixo apresenta ao mesmo tempo a estrutura e a superestrutura onde se desenvolvem e se reproduzem as desigualdades sociais e onde se constroem, por parte do poder público, ações e discursos, que, em sua maioria contribuem para o agravamento da dessocialização.

Figura 1: Marco Conceitual dos Determinantes Sociais da Saúde



Fonte: A Saúde no Brasil em 2030

Com isso, quero reafirmar que o desastre, embora seja um fenômeno, não é espontâneo, algo que ocorre como um passe de mágica ou naturalmente. O que pode ser corroborado no argumento de Roberto do Carmo, ao se referir à cidade desigual:

¹⁷ Social determinants of health. Fonte: Organização Mundial da Saúde. Tradução própria. Disponível em <https://www.who.int/health-topics/social-determinants-of-health#tab=tab_1>. Acesso em 15 de agosto de 2021.

A cidade desigual, constituída a partir de um processo de desenvolvimento concentrador de renda, está na gênese da concepção de “desastre como um processo socialmente construído” no caso brasileiro. Ou seja, mesmo que em muitos momentos a situação de desastre seja desencadeada por algum fenômeno “natural” (geralmente associado com o ciclo hidrológico, como chuva ou seca), esta situação se configura em desastre porque, por um lado, atinge populações humanas, ameaçando a vida de pessoas e seus bens materiais e imateriais, e, por outro, é resultante de processos de interação entre a dinâmica populacional e a dinâmica ambiental, concretizadas em uma forma específica, historicamente construída, de ocupação do espaço (2014, p. 4).

Considerando o que já foi exposto, a equação do desastre socialmente construído, neste trabalho, pode ser pensada e formulada da seguinte forma: **contexto socioeconômico e político + ausência de condições objetivas e materiais de vida + interseccionalidade + pressão de fatores da conjuntura histórica ou ambiental¹⁸ = desastre socialmente construído.**

A respeito da interseccionalidade, a Deputada Federal Talíria Petrone, ao criar o projeto de lei 2757/2021, que institui o cuidado materno como trabalho para fins de aposentadoria, apresentou dados bastante relevantes sobre as mulheres negras, o que pode ser constatado na próxima página e corrobora a imprescindibilidade de se considerar a interseccionalidade quando se trata de desastres e riscos.

¹⁸ Interseccionalidade: Segundo Kimberlé Crenshaw “A associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como dupla ou tripla discriminação. A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento” (2002, p. 177).

Figura 2: Dados sobre as mulheres negras



Fonte: Página eletrônica Talíria Petrone – Deputada Federal

Ainda sobre a formulação da equação acima, embora, num primeiro momento, o contexto socioeconômico e político e a ausência de condições objetivas e materiais de vida possam parecer ter o mesmo significado, vale destacar que há semelhança, e não igualdade, de significado. O contexto socioeconômico e político é algo que já está dado, construído na reprodução das relações sociais no contexto atual do neoliberalismo e no modo de produção capitalista (MPC). Por sua vez, a ausência de condições objetivas e materiais de vida é uma consequência do que está dado (contexto socioeconômico e político), e é esta ausência que coloca os sujeitos em situação de vulnerabilidade social (incluindo aí o risco).

Além do que foi apresentado na formulação da equação do desastre socialmente construído, outro fator importante está relacionado ao senso comum e a mídia, que configuram e disseminam o desastre como natural, como agente externo ameaçador. O que se pode comprovar na imagem abaixo:

Figura 3: Manchete do Jornal Cruzeiro sobre as chuvas intensas que atingiram o litoral norte de São Paulo



Fonte: Jornal Cruzeiro

A esse respeito, Pierre Bordieu afirma que “[...] quando se trata do mundo social, as palavras criam coisas, já que criam o consenso sobre a existência e o sentido das coisas, o senso comum, a doxa aceita para todos como dada” (2008, p. 127).

Por sua vez, o risco faz parte do contrato social assumido ao se construir na área atingida. A sentença proferida aos sujeitos afetados: culpados! A respeito da culpabilização, Sandra Felicidade Lopes da Silva, em seu artigo, “As revelações do Desastre”, afirma que:

No Brasil identificamos o mesmo tom de crítica e julgamento com relação aos moradores de áreas de risco — quando são vitimadas por tragédias como os deslizamentos que atingiram vários pontos do país [...] Toda a devastação causada expõe o grau de vulnerabilidade da comunidade atingida e revela o tamanho do equívoco no qual uma situação está fundada. O maior número de vítimas está sempre nas populações que vivem em uma situação crônica de vulnerabilidade — social, econômica e geográfica. O equívoco não é das pessoas que se instalaram em áreas de risco — até porque não “escolheram” o local por terem apreciado a paisagem. O equívoco é muito anterior a isso e muito mais estrutural — do ponto de vista social, político e econômico. Essa é a realidade escancarada pelo desastre — que não pode ser ignorada. O questionamento um tanto cínico expressa na pergunta: “por que essas pessoas se instalaram em áreas de risco?” revela o enorme desconhecimento ou descaso que mesmo pessoas “esclarecidas” demonstram com relação ao processo de urbanização das cidades. O discurso simplista do “a culpa é da vítima” não se sustenta mais (2010, pp. 94-95).

Para além da visão do caos, da destruição e da morte, que a mídia coopta para si no intuito de criar, junto a seus leitores, um vínculo não visível, mas real, de compaixão e solidariedade, destituindo assim toda historicidade e criticidade que o ocorrido demanda, para além da aparência, o que se pode apreender?

Por trás das imagens devastadoras de um desastre, de imagens que evocam no público compaixão, solidariedade, empatia. Por trás dessas imagens existem histórias que não são contadas, vidas que sequer foram contempladas com o “mínimo social”. Existe a história daquela família que para construir sua casa — totalmente destruída — teve que buscar um lugar

para construir compatível com sua renda, carregar, morro acima, material de construção nas costas, porque muitas empresas não entregam. Por trás destas imagens não há apenas o sangue da morte. Há sangue de uma vida inteira. Por que, então, focar apenas na morte e no desastre como efêmeros? Por que focar apenas na realocação, na reconstrução e nos benefícios sociais?

Adriana Dutra afirma que:

Ao cunharem uma nova compreensão sobre os desastres, estudiosos vinculados à Sociologia dos Desastres realizam dois importantes movimentos de ruptura: primeiramente, com a ideologia que interpreta o desastre como sinônimo de evento, e, em seguida, com a ideia que localiza no fenômeno físico a causa do desastre. Consequentemente, afastam-se também dos tratamentos oferecidos para os desastres que se ancoram na perspectiva hegemônica, a partir da qual as demandas, quando atendidas, estão voltadas apenas para a reconstrução de estruturas físicas e realocação de pessoas, configurando-se, muitas vezes, em cenários de novos desastres (2018, p. 19).

Um outro fator importante concernente ao desastre socialmente construído, descrito e/ou conceituado sob diferentes perspectivas, é o risco, que será desenvolvido no próximo subitem.

1.3 RISCO

As distintas características das regiões brasileiras fazem com que se tornem também diferentes as ameaças naturais. É assim que, na região Norte, prevaleçam incêndios florestais e inundações; na região Nordeste, secas e inundações; na região Centro-Oeste, incêndios florestais; na região Sudeste, deslizamentos e inundações; e, por fim, na região Sul, inundações, vendavais e granizo.

Mike Davis, ao abordar os riscos não naturais, afirma que as favelas enfrentam a “má geologia”. Prossegue afirmando que, em Belo Horizonte e em outras cidades brasileiras, as favelas — construídas nas encostas, sobre solos muito desgastados — são propensas a deslizamentos e desabamentos de terra. Uma ênfase especial aos dados relacionados a deslizamentos ocorridos no Rio de Janeiro, segundo o autor:

[...] As favelas mais famosas do Rio de Janeiro foram construídas em solo igualmente instáveis sobre morros e colinas de granito desnudado que costumam desmoronar com resultados realmente fatais: 2 mil mortos em deslizamentos, em 1996-7; duzentos em 1988; e setenta no Natal de 2001. (2016, p. 128).

De acordo com Rachel Trajber, Débora Olivato e Victor Marchezine:

O risco de desastre pode ser explicado em termos de uma equação matemática que possui pelo menos duas variáveis (uma variável é algo que muda ao longo do tempo) interligadas: as ameaças (a) e as vulnerabilidades (v) (2017, p. 3).

Figura 4: Equação do Risco¹⁹



$r = a \cdot v$

r: risco; a: ameaça; v: vulnerabilidade

Fonte: Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN)

Os mesmos autores afirmam:

O risco é a probabilidade de que a população e seus bens materiais sofram consequências prejudiciais ou perdas (mortes, lesões, danos em propriedades, interrupção de atividade econômica etc.) diante do impacto de ameaças naturais (terremotos, ciclones etc.), ou antropogênicas (consequência das atividades humanas como industriais: poluição, explosão etc.). Risco é uma possibilidade de dano, não significa desastre. O desastre é um risco que se concretizou, sendo que sua intensidade depende de condições de vulnerabilidade em interação com as ameaças. (*ibidem*, p. 3).

Roberto do Carmo sobre a construção social do risco, assevera:

Douglas e Wildavsky (1982), a partir da construção da abordagem cultural do risco, afirmam que o risco é construído socialmente e só desta forma pode ser entendido. Nesse sentido, a aceitabilidade dos riscos é mediada pela cultura e pelo processo social. No caso brasileiro, a dinâmica urbana, que gerou uma forma específica de ocupação do espaço de maneira segregada e mediada pelo capital imobiliário, constituiu cidades nas quais a exposição a situações de perigo está evidentemente distribuída de maneira desigual entre os diversos grupos sociais. Essa exposição aos perigos, associada à maior vulnerabilidade social (definida a partir das dificuldades de resposta diante desses perigos), faz com que os grupos segregados em assentamentos precários sejam os principais atingidos pelos desastres. Principalmente porque, como já indicamos anteriormente, os espaços da cidade reservados para esses grupos sociais são aqueles desvalorizados pelo mercado imobiliário, como encostas íngremes e áreas alagáveis, por exemplo (2014, pp. 11-12).

¹⁹ Esse conceito tem sido divulgado globalmente pela Estratégia Internacional para Redução de Desastres (EIRD)

Por sua vez, neste trabalho, a construção social do risco pode ser pensada: **ausência de condições objetivas e materiais de vida + interseccionalidade + remoção e/ou gentrificação = risco.**

É importante destacar que a remoção e/ou gentrificação ocorrem em função de políticas que expressam e reforçam o interesse do mercado imobiliário. Em virtude desse fato, elas produzem este risco — que é um risco, em resumo, produzido pelo mercado, como se pode concluir. A remoção e/ou gentrificação também podem ser consideradas como consequências da construção social do risco. E, ao refletir em como as desigualdades sociais são construídas, e aproximando-as do conceito de desastre socialmente construído e da construção social do risco, ousar dizer que ambos, desastre e risco, são construídos pelo mercado. A "indústria do desastre" continua lucrando! E as ocorrências subsequentes às alterações climáticas também são resultado dessa ação predatória do homem em nome do lucro: o mercado é o protagonista onipresente!

O que se mostra absolutamente indiscutível é que tanto a ausência de condições objetivas e materiais de vida quanto a interseccionalidade são elementos centrais nestes conceitos (desastre socialmente construído e risco), reafirmando a favela e as áreas periféricas como territórios de funcionalidade do capital. A esse respeito, Duarte problematiza que:

A favela permanece como fenômeno atemporal, ainda que com suas especificidades regionais e marcadores históricos. As favelas de ontem dizem muito ou quase tudo sobre as favelas de hoje. Isso porque as relações de produção e reprodução do modo de produção capitalista não foram superadas; ao contrário, a dominação de uma classe por outra só aprofundou os níveis de sustentação dessa realidade, ao ponto que se torna inviável pensar, na atualidade, no fim das favelas no Brasil. Também não é por acaso que ela siga como lócus do empobrecimento, da baixa escolarização, da marginalização e criminalização dos sujeitos que a habitam, e da massa de trabalhadores/as ainda em condição de assalariamento no mundo do trabalho formal, marcado pelo nível de dependência e subordinação cada vez maior, confluindo, por vezes, categorias antagônicas como formalidade e informalidade (2018, p. 64).

Embora o conceito de desastre socialmente construído não seja hegemônico e o conceito de risco seja, segundo Dutra (2018, p. 32) um campo de disputa, não é proposta do presente trabalho esgotar a problematização desses conceitos (desastres, catástrofes, risco), mas apresentá-los como parte essencial da necessidade de se repensar novas propostas de intervenção no contexto de pós-desastres como campo de disputa no espaço sócio-ocupacional.

O fato é que, ao abordar os conceitos de desastre socialmente construído e risco, existe uma consequência muitas vezes subestimada ou invisibilizada nesse cenário, a subjetividade do trauma, tema referido no próximo subitem.

1.4 A SUBJETIVIDADE DO TRAUMA

Joel Birman (2016), em seu vídeo “Caos e Trauma no Mundo Contemporâneo”, elenca vários aspectos relacionados ao tema do vídeo. Ao abordar a experiência do caos, Birman assegura que caótico é aquilo que não se pode dominar e que não se pode antecipar, uma experiência que conturba, que desnorteia, que faz perder as referências espaciais e temporais. Afirma que falar do caos é falar de catástrofe. Nesse sentido, sustenta que, na experiência da catástrofe, existe o temor da morte iminente.

E é exatamente o que as pessoas afetadas por desastres e catástrofes vivenciam: o temor — e a concretização — da morte iminente. Segundo Birman, quando uma pessoa vivencia uma experiência traumática, em sua mente se instala uma ideia fixa e recorrente e em todo o tempo a pessoa lembra/revive a experiência.

Nesse sentido, Birman afirma que na contemporaneidade existem certos impasses para transformar a experiência da dor na experiência do sofrimento. Ambos foram transformados em termos equivalentes, e, embora haja semelhança de sentido, não há igualdade de sentido.

Portanto, é importante ter clareza da dor e do sofrimento. A dor, segundo um dos significados do Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (1999, p. 704), “é uma sensação desagradável, variável em intensidade e em extensão de localização, produzida pela estimulação de terminações nervosas especializadas em sua recepção”. Seu outro significado é “sofrimento moral; mágoa, pesar, aflição. O dicionário *online* Priberam (2021) define dor como “sensação mais ou menos aguda, mas que incomoda” e “sensação emocional ou psicológica que causa sofrimento”.

Por sua vez, sofrimento é descrito pelo Dicionário Aurélio como “angústia, aflição, amargura, infortúnio e desastre” (1999, p. 1876). O dicionário Online de Português define sofrimento como “ação ou efeito de sofrer, de sentir dor física ou moral” (DICIO, 2021). O sofrimento é uma representação psíquica da dor, é ele que paralisa e amedronta.

Segundo Birman:

[...]Há um salto para passar da dor para o sofrimento, esse rito de passagem entre dor e sofrimento vai constituir do ponto de vista da psicanálise ou da filosofia de Foucault, o que nós chamaríamos um processo de subjetivação. Para que a dor tenha um destino para nós e nas nossas relações com o mundo, é necessário um processo de subjetivação, um processo de produção de si, de produção de cada um de nós, que vai ser o resultante desse processo. Essa que é a formulação básica. De forma que se a dor não se transforma em sofrimento nós ficamos entregues a uma espécie de paralisia ou impossibilidade psíquica, o sujeito fica preso a essa impossibilidade psíquica, e fica sob a forma do que a gente convencionou chamar de trauma. Trauma

é uma dor contínua, permanente, onde nós nos situamos numa espécie de impossibilidade de nos mover e agir no mundo. Entregues a repetição de uma dor indizível [...] (2016, 02:04 - 03:45).

Não é atribuição nem competência da (o) assistente social intervir em demandas cujas competências e atribuições sejam exclusivas do profissional da área da Saúde Mental, porém não pode ser desconsiderado que, em suas ações, a saúde mental do sujeito afetado por desastres é algo que perpassará sua intervenção no contexto do pós-desastre, intervenção essa que será abordada no capítulo 4.

No próximo capítulo apresento os desastres atualmente em curso: fome, desigualdade e mudança climática. Depois, relato minha experiência no deslizamento ocorrido no Morro dos Prazeres e faço uma breve menção ao ocorrido na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro.

*“Que é muito difícil você vencer a
injustiça secular, que dilacera o Brasil em dois
países distintos: o país dos privilegiados e o país
dos despossuídos”.*

Ariano Suassuna

2. ALGUNS DESASTRES ATUALMENTE EM CURSO: FOME, DESIGUALDADE E MUDANÇA CLIMÁTICA

O contexto histórico no qual emerge a expressão “questão social” é totalmente diverso do observado nos dias atuais. A expressão “questão social”, segundo José Paulo Netto, começou a ser empregada na terceira década do século XIX, quando, “a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riqueza” (2011, p. 153). O que vemos, a partir do final da primeira década do século XXI, é o acirramento da desigualdade social, beirando literalmente a barbárie.

Para Marildo Menegat (2009), a barbárie é “a dissolução passiva de uma forma social cujas contradições chegaram ao limite, sem que houvesse uma forma coletiva de ação capaz de produzir uma transição à outra forma de vida social”. Algumas das representações da barbárie podem ser identificadas como: o crescente processo da desumanização (que já vinha ocorrendo desde séculos passados); a extinção da condição de subsistência em alguns territórios (questões ambientais e deslocados ambientais); o aumento exponencial da migração (desde 2008), seja por extinção de condições de subsistência territorial, seja por guerras civis e/ou insurreições; a ausência de trabalho (emprego, precarização dos vínculos, redução de direitos); a insegurança alimentar; e a crescente política de encarceramento que está relacionada à interseccionalidade. Todas relacionadas — de forma indissociável — ao modo de produção capitalista (MPC). E, embora nenhuma destas representações possa ser conceituada como desastres socialmente construídos, constituem-se nos desastres construídos por nossa sociedade. Dentre as representações mencionadas, escolhi no próximo subitem, abordar a insegurança alimentar.

2.1 A INSEGURANÇA ALIMENTAR

Para Jean Ziegler, em seu livro “Destruição em Massa, Geopolítica da Fome”, a fome é produto da sociedade capitalista, assemelha-se ao crime organizado e, dentre todos os direitos humanos, “o direito à alimentação é, seguramente, o mais constante e mais maciçamente violado em nosso planeta” (2013, p. 31). Afirma ser a fome “a principal causa de morte e desamparo em nosso planeta” (ibidem, p. 34).

A partir da conceituação feita pela ONU, é importante destacar a distinção feita por Ziegler entre a fome estrutural e a conjuntural:

A fome estrutural é própria das estruturas de produção insuficientemente desenvolvidas nos países do Sul. Ela é permanente, pouco espetacular e se reproduz biologicamente: a cada ano, milhões de mães subalimentadas dão à luz milhões de crianças deficientes. A fome estrutural significa destruição psíquica e física, aniquilação da dignidade, sofrimento sem fim. A fome conjuntural, em troca, é altamente visível. Irrompe periodicamente nas telas da televisão. Ela se produz quando, repentinamente, uma catástrofe natural – gafanhotos, seca ou inundações assolam uma região - ou uma guerra destrói o tecido social, arruína a economia, empurra centenas de milhares de vítimas aos acampamentos de pessoas deslocadas no interior do país ou de refugiados para além-fronteiras. Nessas circunstâncias, não se pode semear nem colher. São destruídos os mercados, as estradas são bloqueadas e as pontes bombardeadas. As instituições estatais deixam de funcionar. Para os milhões de vítimas amontoadas nos acampamentos, a última salvação está no Programa Alimentar Mundial (PAM)²⁰ (2013, pp. 37-38).

Portanto, abordar a insegurança alimentar significa estabelecer nexos entre diferentes elementos que, somados, desconstroem a naturalização e a relativização da fome. A questão não é a falta de comida no mundo, e sim, a lógica perversa da distribuição e do acesso. Em outras palavras, o controle privado dos alimentos impede a sua justa distribuição.

Ziegler aponta a Organização Mundial do Comércio (OMC), o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) como inimigos do direito à alimentação. Inclusive, o autor sinaliza que os ajustes estruturais propostos pelo Consenso de Washington²¹ foram extremamente danosos aos países do Sul. Assevera que o controle exercido pelas sociedades transnacionais privadas repercute no exercício do direito à alimentação. Segundo o autor:

Atualmente, as duzentas maiores sociedades do ramo agroalimentar controlam cerca de um quarto dos recursos produtivos mundiais [...] Exercem um monopólio de fato sobre o conjunto da cadeia alimentar, da produção à distribuição varejista, passando pela transformação e a comercialização dos produtos, do que resulta a restrição das escolhas de agricultores e consumidores [...] os gigantes do negócio agroalimentar controlam não apenas a formação dos preços e o comércio dos alimentos, mas também os setores essenciais da agroindústria, notadamente as sementes, os adubos, os pesticidas, a estocagem, os transportes, etc. (*ibidem*, pp. 151-152).

Mediante a afirmativa de Ziegler, a respeito das instituições financeiras norte-americanas e das sociedades transnacionais privadas, e ao que ele problematizou ao longo de seu livro, gostaria de tecer algumas considerações:

- O oligopólio de empresas controla o que, como, onde e por qual preço serão produzidos e distribuídos os alimentos. É a manipulação no que concerne aos alimentos e aos preços, e conseqüentemente a manipulação da vida. Ziegler

²⁰ PAM: Após a fundação da Organização Mundial das Nações Unidas (ONU), em 1945, em seguida criou-se a Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO) e posteriormente o Programa Alimentar Mundial (PAM).

²¹ A repercussão destes ajustes nos países do Sul afetou investimentos orçamentários na Economia local, na Saúde, na Educação e conseqüentemente estes ajustes desempenharam papel de “incubadores/multiplicadores” da fome estrutural.

reproduz dados de Dennis Horman “[...] seis sociedades concentram 85% do comércio mundial de cereais; oito dividem cerca de 60% das vendas mundiais de café; três controlam mais de 80% das vendas mundiais de cacau e três dividem entre si 80% do comércio mundial de bananas”. (*ibidem*, pp.152-153) E afirma: “Um dos grandes recursos desses potentados dos negócios é o controle vertical que exercem sobre os mercados” (*ibidem*, p. 156).

- As relações coloniais se reinventam a partir das normativas estabelecidas pela OMC, pelo Banco Mundial e pelo FMI com os países do Sul, cujo objetivo é extrair desses países o máximo, via oligopólio das empresas, apropriando-se do meio de subsistência dos pequenos agricultores, a terra. A OMC, em suas normativas, prevê a livre circulação de produtos e a implementação de negócios entre os países membros, mas não prevê a livre circulação de pessoas.²² Existe uma regulação de mercado predatória. A respeito disso, Ziegler comenta que foi indagado numa reunião da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (CNUCED) ao ex-ministro brasileiro Rubens Ricupero (antigo secretário-geral daquele órgão) o que a OMC pretendia com sua luta pela liberalização total dos fluxos de mercadorias, patentes, capitais e serviços. A resposta clara e nítida de Ricupero foi que a OMC pretendia “o desarmamento unilateral dos países do Sul” (*ibidem*, p.170).
- O mercado é onipresente e possui caráter polissêmico, construindo vários significantes. A perversidade do mercado no que tange à insegurança alimentar está relacionada à questão de classes subalternizadas em países subalternizados pelo mercado e pelas instituições financeiras. É o mercado destituindo a soberania alimentar. O alimento transformado em mercadoria, capital especulativo e lucro, não um direito. O modo de produção capitalista converte tudo em mercadoria. Ziegler, citando João Pedro Stédile ao referir-se à agroindústria declarou “O seu objetivo não é produzir alimentos, mas mercadorias para ganhar dinheiro” (*ibidem*, p. 153). Sobre o mercado Ziegler é enfático: [...] “O árbitro, imparcial, é o mercado” (*ibidem*, p. 171).

²² Por não haver a livre circulação de pessoas, a rota do Mediterrâneo concentra um número elevado de mortes. O total de mortes registradas no Mediterrâneo de 01 de janeiro de 2021 a 07 de setembro de 2021 é de 1354 pessoas. Dados disponíveis em <<https://missingmigrants.iom.int/region/mediterranean>>. Acesso em 07 de setembro de 2021.

- A especulação acelera a crise alimentar. Ziegler corrobora a minha afirmativa, ao transcrever o testemunho de Olivier De Schutter, relator especial das Nações Unidas sobre o direito à alimentação:

Não haveria crise alimentar sem a especulação. Ela não é a causa da crise, mas acelerou-a e a aprofundou. Os mercados agrícolas são naturalmente instáveis, mas a especulação torna exponenciais os grandes aumentos. [...] Ela torna difícil o planejamento da produção e pode aumentar brutalmente a fatura alimentar dos países importadores de alimentos (2013, pp. 290-291).

Outro aspecto importante é a violência com a qual os pequenos agricultores são expulsos de suas terras para que as grandes empresas se estabeleçam, segundo Ziegler, sempre há um acordo financeiro — corrupto — que beneficia a autoridade pública.

No campo das correlações de forças, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO/1945) e o Programa Alimentar Mundial (PAM/1963) — legados de Josué de Castro — segundo Ziegler (2013) “podem arruinar-se” por questões de redução de contribuições financeiras e também por não ter força política. O oligopólio de empresas transnacionais, que controlam o mercado mundial agroalimentar, influencia os governos, que se desinteressam pela FAO, reduzem seu orçamento e também boicotam as conferências sobre segurança alimentar realizadas pela instituição. Como resultado deste corte orçamentário, o autor usa a expressão “hierarquia da miséria”, na tomada de decisão da presidenta da FAO quanto ao envio de suprimentos e medicação adequada para o auxílio e a recuperação da população subalimentada. Nesta tomada de decisão o grau de miséria se apresenta como uma condicionalidade para viver, a miséria como indicador de uma “seleção natural”, a “evolução da fome”?

As questões transversais relacionadas à insegurança alimentar — bem como suas consequências na vida da população afetada — abordadas no livro de Ziegler, estão intimamente ligadas ao desastre socialmente construído. Ao abordar a produção de agrocarburentes é que esta interlocução fica mais evidente (intervenção do Homem, produzindo alterações climáticas que resultam em refugiados climáticos e/ou emigrantes do meio-ambiente e também gerando a insegurança alimentar/fome através da monocultura e suas implicações).

Consoante Ziegler, existem trustes agroalimentares que dominam a fabricação e o comércio de agrocarburentes que, através de seu discurso neoliberal, afirmam ser esta produção a solução na substituição da energia fóssil pela vegetal como forma de desacelerar a degradação climática e seus efeitos ao meio ambiente e aos seres humanos.

Porém, o autor aponta questões/fatos relevantes que refutam a alternativa destes trustes, a saber:

- A degradação climática é uma realidade que se acirra ainda mais com a produção de agrocarburentes, uma vez que são produzidos sob a forma de monocultivo, destruindo a biodiversidade, contaminando os solos e a água, desconsiderando danos ecológicos e sociais. “[...] E o *New York Times* comenta sobriamente: dada a elevada quantidade de energia que requer sua produção, os agrocarburentes aumentam o dióxido de carbono na atmosfera, em vez de contribuir para sua redução” (ZIEGLER, 2013, p.247).
- A proporção de utilização de 4.000 litros de água para a produção de apenas 1 litro de bioetanol revela o quanto dos recursos hídricos do planeta são utilizados para a acumulação capitalista, bem como para reiterar sua contribuição na degradação climática. Quanto a isso, Ziegler relata que:

A destruição dos ecossistemas e a degradação de vastas zonas agrícolas — no mundo inteiro, mas sobretudo na África — são uma tragédia para os pequenos agricultores e criadores. Na África, segundo estimativas da ONU, chega a 25 milhões o número de “refugiados ecológicos” ou “emigrantes do meio ambiente”, isto é, seres humanos obrigados a deixar seus lares em consequência de catástrofes naturais (inundações, secas, desertificação) e que terminam por lutar pela sobrevivência nas favelas das grandes metrópoles [...] (*ibidem*, pp. 245-246).

- A relação da produção de agrocarburentes e seu impacto na crise alimentar se estabelece à medida que a produção deste está em desacordo com a produção de alimentos, além de ser um elemento significativo que incide sobre a produção e precificação dos alimentos. Sobre isso, Ziegler é enfático: “Queimar cinco milhões de toneladas de alimentos em um planeta em que, a cada cinco segundos, morre de fome uma criança de menos de dez anos é evidentemente revoltante” (*ibidem*, p. 251).

Sobre a produção de agrocarburentes no Brasil, o autor diz que o programa Proálcool goza de prioridade absoluta.

Como já mencionado, neste tipo de produção há reorientação da agricultura, e a consequência deste monocultivo — da cana de açúcar — repercute na sobrevivência dos pequenos agricultores que não possuem capital para investir em meios de produção e acabam vendendo ou alugando suas terras. As consequências desta realidade social são :

A monopolização exacerba as desigualdades e fomenta a pobreza rural (mas também urbana, em consequência do êxodo rural). Por outro lado, a exclusão dos pequenos proprietários põe em perigo a segurança alimentar do país, uma vez que eles são a garantia de uma agricultura de víveres (ZIEGLER, 2013, p. 257).

Este capítulo, “A maldição da cana-de-açúcar”, aponta que a produção do “ouro verde” resultou na polarização entre a riqueza dos barões do açúcar, oriunda do modelo agroexportador, em contraste com a fragilidade dos pequenos camponeses, dos meeiros e dos boias-frias; na sentença de morte da pequena e da média explorações rurais familiares, bem como da soberania familiar; na beneficiação das grandes sociedades transcontinentais na produção de agrocaburantes; na destruição do meio-ambiente; na condição de trabalho análogo ao escravo aos quais são submetidos homens, mulheres e crianças, cuja vida útil de trabalho é de 12 anos. Acresce o fato de que, por conta da subalimentação, os cortadores, suas mulheres e suas crianças morrem de tuberculose.

Existem outras consequências. Em virtude da substituição da cultura de víveres pela cana-de-açúcar, o Brasil é obrigado a importar alimentos que já não produz. Além disso, devido à flutuação dos preços dos alimentos básicos e à impossibilidade de acesso por conta do salário dos trabalhadores, a monocultura também promove migração sazonal que precariza ainda mais as condições de trabalho e os vínculos familiares e acentua a vulnerabilidade. Segundo Ziegler: “a insegurança alimentar brasileira na qual vive uma grande parte da população brasileira está, assim, diretamente ligada ao Proálcool” (*ibidem*, p. 259).

Nas palavras de Ziegler “a monocultura arruinou o Brasil. Agora, ela está de volta. Novamente, a maldição da cana se abate sobre o Brasil” (*ibidem*, p. 262).

E, com essa maldição, a fome segue uma curva ascendente, agravada ainda mais pelo contexto pandêmico, o que pode ser constatado pelos dados apresentados no próximo subitem.

2.2 OS NÚMEROS DA FOME NO BRASIL

Conforme informações do site “Olhe Para a Fome”, o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19, realizado entre 5 e 24 de dezembro de 2020, compreendeu 2.180 domicílios nas cinco regiões do país, em áreas urbanas e rurais. Este inquérito aferiu que 55,2% da população brasileira estavam em estado de insegurança alimentar. E foi desenvolvido pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e

Segurança Alimentar (Rede PENSSAN), como parte do projeto VigiSAN (Rede PENSSAN, 2021).

A seguir, a tabela com os dados apresentados pelo Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19.

Tabela 1: Segurança e Insegurança alimentar leve, moderada e grave, segundo as regiões brasileiras – em %

REGIÃO	SEGURANÇA ALIMENTAR	INSEGURANÇA ALIMENTAR		
		LEVE	MODERADA	GRAVE
NORTE	36,9	31,1	14,0	18,0
NORDESTE	28,1	41,1	17,0	13,8
CENTRO-OESTE	46,7	34,6	11,7	7,0
SUL/SUDESTE	53,1	32,3	8,6	6,0

Fonte: REDE PENSSAN (2021). Elaboração Própria.

Diante da tabela acima, é possível afirmar que o total de insegurança alimentar na região Norte é de 63,1%; na região Nordeste é de 71,9%, na região Centro-Oeste é de 53,3% e na região Sul/Sudeste é de 46,9%.

A revista Radis apresentou dados de um outro estudo — coordenado por cientistas do grupo “Alimentos para a Justiça”, divulgado em abril/2021 —, relatando que, em termos quantitativos e qualitativos, 125,6 milhões de brasileiros não comeram adequadamente desde a chegada do novo coronavírus. Também apresentou informações relevantes sobre o agronegócio:

O curioso é que a fome aumenta no Brasil em um momento em que a produção de alimentos cresce exponencialmente. Em 2020, o país alcançou a safra recorde de grãos, exportando não apenas milho, soja e café, mas também produtos como arroz e feijão, de acordo com o IBGE, que prevê uma safra ainda maior para este ano. Francisco²³ tem uma explicação para o paradoxo: o agronegócio encara o alimento como mercadoria. “Ele não vislumbra em nenhum momento a perspectiva de alimentar uma população em sua maioria empobrecida. Ele trabalha em cima do lucro. Daí o seu apego a colocar no mercado externo”. Por isso mesmo, ele pontua, não dá para ter expectativa de que esse modelo vá garantir comida na mesa do brasileiro (PERES et al, 2021, p.16).

Vale ressaltar que, em meio a este cenário de insegurança alimentar — fome — a sociedade civil tem articulado inúmeras iniciativas para fazer com que a comida chegue à mesa das famílias, para, assim, de alguma forma, reduzir o impacto sofrido por elas, que já antecedia a pandemia. A Central Única das Favelas (CUFA), com o projeto “Mães das Favelas”, conseguiu, através de doações, atender a 5.000 favelas: 3.279.910 famílias

²³ Francisco Menezes é economista e analista de programas da ActionAid.

atendidas, 13.119.640 pessoas impactadas (média de 4 pessoas por família) e 43.266, 947 toneladas de alimentos (média de 13,5 kg por cesta)²⁴.

A insegurança alimentar abarca muitos determinantes: o capital mundializado; o meio ambiente e as alterações climáticas advindas da intervenção humana e do “progresso”; as relações/reproduções sociais desenvolvidas de forma desigual; a espoliação da terra; e outros expostos ao longo do subitem anterior. É importante reiterar que é um desastre construído socialmente, cujos efeitos atentam contra a própria vida.

Como foi demonstrado ao longo do capítulo 2, existem muitos nexos relacionados ao desastre e ao risco, ambos socialmente construídos, onde se entrelaçam: a alimentação, a moradia, o saneamento básico, o meio ambiente, o trabalho, a renda, a educação, o transporte e o lazer, dentre outros. Tudo isso converge para a questão do direito à Cidade, que é continuamente negado às pessoas afetadas pelos desastres ou residentes em áreas periféricas.

O próximo subitem inicia-se com o deslizamento de terra ocorrido em abril de 2010 no Morro dos Prazeres, em Santa Teresa.

2.3 DUAS IRMÃS

Era uma manhã chuvosa de segunda-feira. Duas irmãs desciam apressadas para o trabalho quando ouviram um estrondo. Rapidamente, voltaram correndo e, chegando ao alto da rua, tudo o que viram foi a terra deslizando e casas sendo soterradas. O desespero foi grande ao ver suas casas e outras soterradas, e lembrar que numa das casas havia dois filhos, em outra, dois filhos e o marido.

Ao chegar ao Morro dos Prazeres com alguns amigos que se dispuseram a ajudar os bombeiros a transportar pessoas para a ambulância e os corpos para um local designado, fui ao encontro das duas irmãs, que conhecia, e de seus familiares, que estavam em outra residência numa área não afetada pelo deslizamento. Ali soube que um dos irmãos havia sido retirado com vida e o outro, um jovem de quatorze anos, havia morrido em decorrência do vazamento de gás. Enquanto isso, a busca pelo marido e pelos filhos de uma das mulheres continuava. Dirigi-me ao local onde estavam sendo colocados os corpos à espera do IML e ali vi as pessoas pranteando seus mortos, num local que também estava com sua estrutura abalada, o que poderia resultar numa outra tragédia, e a cada estrondo meu coração apertava.

²⁴ Dados disponíveis em <<https://www.maesdafavela.com.br/>>. Acesso em 06 de setembro de 2002.

Ali, assisti ao irmão sobrevivente, ainda sujo de lama, acariciar seu irmão, se despedindo, entre lágrimas: dizendo “cara, eu nunca mais vou sentir seu cheiro”. Era por volta do meio-dia. Nossos amigos continuavam incansáveis transportando pessoas, vivas e mortas.

No fim da tarde, finalmente conseguiram retirar o filho de 14 anos e o marido de uma delas, ambos sem vida. O filho de 18 anos ainda estava soterrado, mas vivo. O resgate e a busca eram muito delicados, a cada ameaça de novo deslizamento os bombeiros paravam, tentando entender a melhor maneira de recomeçar. E a chuva continuava, fina e constante. Ao anoitecer, finalmente, antes de interromperem as buscas, os bombeiros conseguiram resgatar o jovem de 18 anos. Nosso amigo correu com os bombeiros para levá-lo para a ambulância, que voou para o Souza Aguiar. E, lá, aquele jovem que resistiu soterrado por horas e entrou lúcido na ambulância, não resistiu à cirurgia para conter a hemorragia interna. Morreu sem saber que havia perdido o pai, o irmão e o primo.

E, por conhecer as irmãs, pude acompanhar de perto todo o processo de dor, de luto, de inconformidade... Onze anos depois, sei que elas aprenderam a conviver com a perda humana irreparável, com a dor da saudade, e fazem o melhor para seguir em frente e tocar a vida.

Saí do Morro dos Prazeres por volta das 21 horas, tendo assistido a cenas que jamais esquecerei, onde tudo que pude fazer foi oferecer meu ombro e meus braços para acolher conhecidos e desconhecidos.

A importância dos dados sob uma perspectiva de análise crítica, apresenta uma dimensão para além dos números e das estatísticas, fornece subsídios que possibilitam ao assistente social construir relatórios e pareceres que desnaturalizam o desastre, ao mesmo tempo em que podem servir como planejamento e desenho para novas ações nesse contexto, partindo da realidade e demandas concretas. Os próximos subitens apresentam alguns dados sobre o ocorrido no Morro dos Prazeres e também a continuidade dos desastres na vida das duas irmãs.

2.4 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O OCORRIDO NO MORRO DOS PRAZERES

2.4.1 Dados oficiais

Atualmente a Defesa Civil possui o Sistema Integrado de Informações sobre Desastres - S2iD. Anteriormente ao S2iD, as ocorrências de desastres eram comunicadas através do

formulário Notificação Preliminar de Desastre (NOPRED), no prazo máximo de 12 horas após o ocorrido, e do formulário de Avaliação de Danos (AVADAN) no prazo máximo de 120 horas após a ocorrência do desastre.

O NOPRED especificava quais as áreas e os bairros que eram afetados. O AVADAN registrava a tipificação do desastre, a localização, a área afetada, os danos humanos, materiais e ambientais, e os prejuízos econômicos e sociais provocados pelo desastre.

O NOPRED emitido no dia 7 de abril de 2010 especificou as áreas afetadas pela intensa chuva que provocou danos no Município (inclusive o deslizamento de terra no Morro dos Prazeres)²⁵. O AVADAN preenchido naquela data continha dados **gerais** do ocorrido no Município como um todo, não apenas os dados específicos do deslizamento ocorrido no Morro dos Prazeres. Ainda assim, os dados evidenciam a amplitude do desastre na vida das pessoas afetadas, conforme a tabela apresentada abaixo.

Tabela 2: Dados Humanos

DANOS HUMANOS					
NÚMERO DE PESSOAS	0 A 14 ANOS	15 A 64 ANOS	ACIMA DE 65 ANOS	GESTANTES	TOTAL
DESALOJADAS	2.305	3.571	178	115	6.169
DESABRIGADAS	1.221	2.118	92	23	3.454
DESLOCADAS	58	146	7	7	218
DESAPARECIDAS	3	11	2	-	16
LEVEMENTE FERIDAS	6	14	7	-	27
GRAVEMENTE FERIDAS	-	2	1	-	3
ENFERMAS	-	-	-	-	-
MORTAS	12	42	9	2	65
AFETADAS					2.000.000

Fonte: BRASIL, Ministério da Integração Nacional. Elaboração própria.

²⁵ O formulário Notificação Preliminar de Desastre (NOPRED) registrou que “todo o Município do Rio de Janeiro foi afetado com intensa precipitação hídrica. As áreas mais atingidas foram a região do Centro, Zona Sul, Zona Norte e Zona Oeste. Dentre estas, destacamos os bairros do Andaraí, Anchieta, Barra da Tijuca, Botafogo, Campo Grande, Cosme Velho, Grajaú, Humaitá, Lagoa, Ilha do Governador, Irajá, Jacarepaguá, Jardim Botânico, Praça da Bandeira, Recreio, Lins de Vasconcelos, Madureira, Mangueira, Olaria, Penha, Praça da Bandeira Recreio, Rio Comprido, Rocinha, Santa Cruz, Santa Tereza, São Cristóvão, Tijuca, Vicente de Carvalho, Vidigal, Vila Isabel e Vila Cosmos” (p.4). Disponível em <https://sei.mi.gov.br/sei/documento_consulta_externa.php?id_acesso_externo=51103&id_documento=1784091&infra_hash=89db1d6f1499bbb3a1c9cfafd0edf6e8>. Acesso em 26 de outubro de 2021.

2.4.2 Desdobramentos na vida das duas irmãs

Três meses após o deslizamento, as duas irmãs foram chamadas para realizar o recadastramento na Prefeitura, e no quarto mês passaram a receber quatrocentos reais de aluguel social.

Uma das irmãs recebeu o aluguel social entre 2010-2021, quando o benefício foi cortado. Ela não pode ser contemplada com um imóvel pelo Programa “Minha Casa Minha Vida”, pois na época, ao se cadastrar, sua renda excedia em cinquenta reais o valor permitido nesta parceria entre a Caixa Econômica Federal e a Prefeitura do Rio de Janeiro para reassentar as pessoas afetadas pelo deslizamento. Até hoje ela mora na casa do único filho — que sobreviveu, pois não morava no mesmo endereço — com a nora e os netos.

A outra irmã recebeu o aluguel social entre 2010-2014, ano em que recebeu da Prefeitura o imóvel onde reside no Estácio. Esse imóvel foi construído no terreno onde existiu o Complexo Penitenciário da Frei Caneca. Ela pagou durante seis meses a prestação do imóvel, no valor de vinte e cinco reais, e só então foi informada que o pagamento das prestações era responsabilidade da Prefeitura, e nunca foi ressarcida.

As duas irmãs entraram com um processo contra a Prefeitura pois ambas moravam na rua Gomes Lopes, e as casas só foram soterradas porque não havia obra de contenção das encostas e a intensidade da chuva promoveu um desvio que provocou o desastre. Não eram construções ilegais, havia escritura e pagamento de IPTU. Este processo se arrastou até o ano de 2020, quando ganharam a causa. Mas ainda não foram indenizadas, pois a Prefeitura recorreu.

Nenhuma das duas recebeu atendimento psicológico ou encaminhamento para tal em alguma instituição pública, apenas uma delas custeou seu próprio acompanhamento psicológico. A outra, ao longo desses onze anos, muitas vezes foi, e ainda é, acometida de uma tristeza profunda — a qual chama de “buraco negro” —, mas não consegue reconhecer que necessita de acompanhamento psicológico. E foi ela quem perdeu os dois filhos e o marido.

2.5 UM PARÊNTESES: REGIÃO SERRANA 2011

Após o ocorrido na Região Serrana do Rio de Janeiro, em 2011, o Banco Mundial com apoio do Governo do Estado do Rio de Janeiro, elaborou um relatório avaliando as perdas e

danos²⁶, e, segundo a publicação, 304.562²⁷ pessoas foram diretamente afetadas pelo desastre, 16.458 pessoas ficaram desabrigadas, 22.479 pessoas foram desalojadas, 2.531 pessoas ficaram feridas e o total de mortos nas sete cidades foi de 905 pessoas. Em termos econômicos, as perdas e os danos totais foram estimadas em R\$ 4.8 bilhões²⁸. Dos custos totais, 46% correspondem aos danos (custos diretos das inundações e deslizamentos). As perdas consideradas custos indiretos do desastre correspondem a 54% dos custos totais (BANCO MUNDIAL, 2012).

Fernanda Dalla Libera Damacena (2021)²⁹ afirma: “Desastres passam a ser eventos que chamam a atenção da sociedade para refletir sobre tomada de decisão. Qual o papel do poder público neste contexto? Do gestor privado? Do cidadão?”

Fato incontestável: o ocorrido na Região Serrana³⁰ possibilitou que uma lente de aumento fosse posta sobre uma situação antiga, recorrente — devido às já mencionadas questões estruturais —, promovendo reflexões nos entes municipais e federais, resultando em algumas contribuições à legislação brasileira.

E com isso avanço para o capítulo 3, que discorre sobre a política pública e alguns recortes sobre a legislação.

²⁶ Disponível em <<https://antigo.mdr.gov.br/imagens/stories/ArquivosDefesaCivil/ArquivosPDF/publicacoes/>InundacoesDeslizamentosnaRegiaoSerranadoRiodeJaneiro.pdf>>. Acesso em 16 de agosto de 2021.

²⁷ Segundo a publicação, este número de pessoas afetadas diretamente pelo desastre, representa 42.68% da população dos sete municípios e 1.9% da população do Estado do Rio de Janeiro.

²⁸ Ao considerar este valor, o relatório afirma que ele omite impactos na Educação e na Saúde devido a indisponibilidade de informações detalhadas.

²⁹ Apresentação online ocorrida no evento Calamidades públicas e emergências, no ciclo de debates preparatórios e abertos sobre o Eixo 5 das Conferências de Assistência Social de 2021, organizado pelo coletivo SUAS em Calamidades. Realizada na plataforma “Jitsi Meet”, no dia 30 de junho de 2021, com o tema: Direitos e situações de calamidades: o que existe e como defender pelo SUAS? Disponível em <<https://meet.jit.si/SuasemcalamidadesnasconferenciasdoSuas2021>>. Acesso em 30 de junho de 2021.

³⁰ O jornal “O Globo” de 11/01/2021, publicou matéria onde menciona que 10 anos após a tragédia, ainda existem pelo menos 86 mil pessoas vivendo em áreas de risco nas cidades de Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis.

*“Seja como for, o tempo das garantias acabou,
esse é o primeiro sentido
a ser conferido à intrusão de Gaia”*

Isabelle Stengers

3. POLÍTICAS PÚBLICAS EM TEMPOS DE DESASTRES SOCIALMENTE CONSTRUÍDOS

3.1 ONTEM E HOJE. O ONTEM É HOJE?

Para Eric Hobsbawn (2013), o passado cessa de ser o padrão do presente através da mudança social e seus reflexos na sociedade. Segundo o historiador, através da investigação do “sentido do passado” e sua função social, é possível perceber as diferenças conceituais que envolvem as inovações, suas implicações na sociedade e conseqüentemente naquilo que é denominado História. Analisar e distinguir o passado como genealogia e como cronologia e a quais caminhos esta análise levará, percebendo as diferentes implicações dos distintos pontos de vista na sociedade, é algo essencial. Não se deve perder de vista a gênese e a história do Serviço Social, bem como as correntes filosóficas, que ao longo do tempo, desde seu surgimento, influenciaram e influenciam a prática do profissional até os dias de hoje, seja através dos vieses assistencialista, ou tecnicista, ou operativo. E esses três vieses podem estar presentes no atendimento aos sujeitos afetados por desastres, a despeito dos 85 anos que separam o surgimento da primeira Escola de Serviço Social no Brasil e os dias atuais.

Portanto, é necessário abordar e repensar a política pública no contexto de desastre, e é disso que este capítulo 3 trata.

3.2 A HISTÓRICA RELAÇÃO ENTRE O SERVIÇO SOCIAL E A POLÍTICA SOCIAL NO CAPITALISMO

3.2.1 O vínculo ontológico entre o Serviço Social e a Política Social

Segundo Elaine Bhering e Ivanete Boschetti (2016), o vínculo ontológico entre o Serviço Social e a Política Social é um vínculo que compreende a natureza da existência do surgimento do Serviço Social enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho e a natureza da existência da Política Social, ambas relacionadas e inseridas na totalidade da realidade do MPC — transição do Capitalismo de livre concorrência para o Capitalismo monopolista — e inscritas na História. As autoras afirmam que alguns processos históricos centrais, como o pauperismo, o exército industrial de reserva ou a superpopulação relativa, associados ao protagonismo da luta dos trabalhadores demandaram respostas do

Estado e da burguesia para além da vigilância e da manutenção da ordem pública. E é nesse contexto que nascem as políticas sociais e também o Serviço Social enquanto profissão.

3.2.2 As particularidades da relação entre o Serviço Social e a Política Social no Brasil

Num primeiro momento, com o apoio da Igreja Católica, a atuação do (a) assistente social era moralizadora, relacionada ao controle do comportamento da classe trabalhadora, tornando-a apta para o mercado de trabalho e visando a protegê-la de tudo que fosse contra o pensamento hegemônico da classe dominante. No momento seguinte, a atuação é requisitada para operacionalizar as políticas sociais em construção de forma institucionalizada. A partir desta nova exigência, surgem novos centros de formação profissional e, conseqüentemente, a construção de um novo perfil profissional para além das damas de caridade. A profissão cresce na mesma medida em que crescem as instituições de previdência e saúde e as instituições assistenciais, bem como as de qualificação profissional (o Sistema S)³¹. A transição profissional da atuação orientada pelo tomismo para o funcionalismo imprime a questão de análises fenomenológicas sem relação com os processos sociais e históricos – atuação conservadora, com respostas pontuais, objetivando a coesão social. Outra questão diz respeito às abordagens teóricas das políticas sociais: na falta de teoria que as expliquem, a definição de políticas sociais acaba atrelada à prática governamental.

As políticas sociais na época da Ditadura Militar imprimiam à atuação profissional uma perspectiva de normatização, controle e dominação, decorrentes da tecnocracia vigente.

A partir do movimento de Reconceituação, de pesquisas e análises históricas partindo da ideia de dominação, emerge a natureza contraditória do Estado e da Política Social.

Na intenção de ruptura com o pensamento e *modus operandi* da classe hegemônica, o Serviço Social, como área de conhecimento e reflexões teóricas, assume compromissos com a classe trabalhadora e suas demandas. É o Serviço Social inserido na divisão social e técnica do trabalho. O debate profissional na configuração e formulação de Política Social no Brasil sinaliza a relação entre Serviço Social e Política Social.

³¹ Fazem parte do Sistema S: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai); Serviço Social do Comércio (Sesc); Serviço Social da Indústria (Sesi); e Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio (Senac).

3.2.3 As tensões e os desafios da relação entre o Serviço Social e a Política Social no contexto de crise

Bhering e Boschetti (2016) afirmam que as tensões são próprias das relações sociais capitalistas, na produção e reprodução do capital, inscritas na contradição entre as demandas e as lutas da classe trabalhadora e os princípios da acumulação do capital, mercantilizando bens e serviços. E o Serviço Social atua neste antagonismo de classes (e está inserido neste antagonismo, uma vez que seus componentes também são da classe trabalhadora). Neste contexto de tensão estrutural e histórica, o (a) assistente social reconhece o contraditório Estado Social que, via Política Social, “viabiliza” os direitos pleiteados pela classe trabalhadora, ou seja, proporciona a emancipação política, mas não possibilita a emancipação humana. E, mesmo assim, este Estado Social opera em um contexto institucional que normatiza: a elegibilidade; as condicionalidades; a focalização de benefícios e prestações assistenciais e previdenciárias; a restrição dos benefícios sociais; e o desenvolvimento de serviços em condições de precariedade tanto financeira quanto institucional³². A esse respeito, Marilda Vilella Iamamoto afirma:

No alvorecer de um novo século, os espaços ocupacionais e as fronteiras profissionais, enquanto resultantes históricas — e, portanto, móveis e transitórias — sofrem significativas alterações. Elas são indissociáveis dos processos da reestruturação produtiva e gerencial das empresas e do aparelho de Estado, da intensificação e desregulamentação do trabalho, da investida contra a organização dos trabalhadores. Tais mudanças vêm ocasionando a perda de direitos e conquistas sociais históricas, impulsionadas pela reorganização do Estado segundo preceitos liberais (2015, pp. 231-232).

Nesse contexto de crise estrutural capitalista, portanto, surgem limites à universalização das políticas e dos direitos, uma vez que o Estado intervém de forma paradoxal: à população ele opera como “o infiel da balança” e, ao mercado, opera como “o fiel da balança”. Ambas as operações, ainda que antagônicas, se complementam, o mínimo social atendendo à lógica do mercado. Intervir nessa conjuntura de caos, onde as estruturas sociais estão ruindo, constitui para a (o) assistente social algo como os “12 Trabalhos de Hércules”, onde, ao invés de confrontar seres mitológicos — configurando essas tarefas como desafios quase impossíveis de realizar e que só tiveram êxito porque Hércules era um semideus —, os 12 Trabalhos da (o) assistente social seriam: erradicar a insegurança

³² Conferindo ao Terceiro Setor protagonismo na prestação de serviços que deveriam ser direitos assegurados pelo Estado.

alimentar; acabar com a violência; eliminar o desemprego; cessar o feminicídio; destruir o racismo estrutural e institucional; extinguir o trabalho infantil; debelar o trabalho análogo ao escravo; suprimir a desigualdade econômica; extirpar a desigualdade de gênero; aniquilar a falta de acesso à Cultura; promover o acesso equânime à Saúde, à Educação e à Habitação e propiciar de forma igualitária o direito à Cidade. De antemão é notório que esses 12 trabalhos não lograrão êxito. Posto isto, é essencial ressaltar que, num primeiro momento, esta intervenção estava relacionada à universalização das políticas e dos direitos. Atualmente, com a intensificação das desigualdades sociais — a fome, o mundo do trabalho líquido (parafrazeando Bauman), a subtração dos direitos fundamentais e sociais, dentre outras — esses limites foram amplificados e se contrapõem ao que preconizam os princípios fundamentais contidos no Código de Ética de 1993, bem como são imprescindíveis para a reflexão e a problematização no que concerne à atuação profissional. A esse respeito, Marildo Menegat aponta um ponto de partida:

É a compreensão dos aspectos estruturais da sociedade burguesa e de suas instituições que permite que se levante a hipótese de que esta forma social transitória e histórica atravessa uma crise provavelmente sem saída. Tal forma social está sendo confrontada com seu limite lógico interno, e sua dissolução é um acontecimento de ordem semelhante à dissolução de outras sociedades do passado, como o escravismo antigo e o feudalismo, sem que isso autorize a dedução do modelo do seu fim a partir da simples repetição de qualquer desses exemplos. Não se trata de uma crítica das trocas de mãos, mas da relação indissociável entre Estado e mercado, que parece ter chegado ao limite (2019, p.77).

Sendo assim, no contexto de desastres, catástrofes e calamidades públicas, onde se exacerbam as vulnerabilidades sociais e os limites acima mencionados, o que cabe ao assistente social? De que forma esses limites contrapostos aos princípios fundamentais — e por que não dizer, também ao Código de Ética — influenciam diretamente suas intervenções previstas para esses profissionais?

O que prevê a legislação quanto aos direitos e cuidados para os sujeitos afetados por estes acontecimentos?

3.3 O QUE DIZ A LEI?

Quando se pensa em desastres, automaticamente associa-se a eles a atuação da Defesa Civil, e é a partir do ocorrido na Região Serrana em 2011 que é criada, no ano seguinte, a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. Portanto, é necessário apresentar — de forma cronológica — algumas leis, decretos e portarias que possibilitem repensar a intervenção do (a) assistente social neste contexto de pós-desastre, que é o tema deste trabalho e que será apresentado no capítulo 4.

Figura 5: Linha do tempo 1 (1988 - 2005). Elaboração própria.

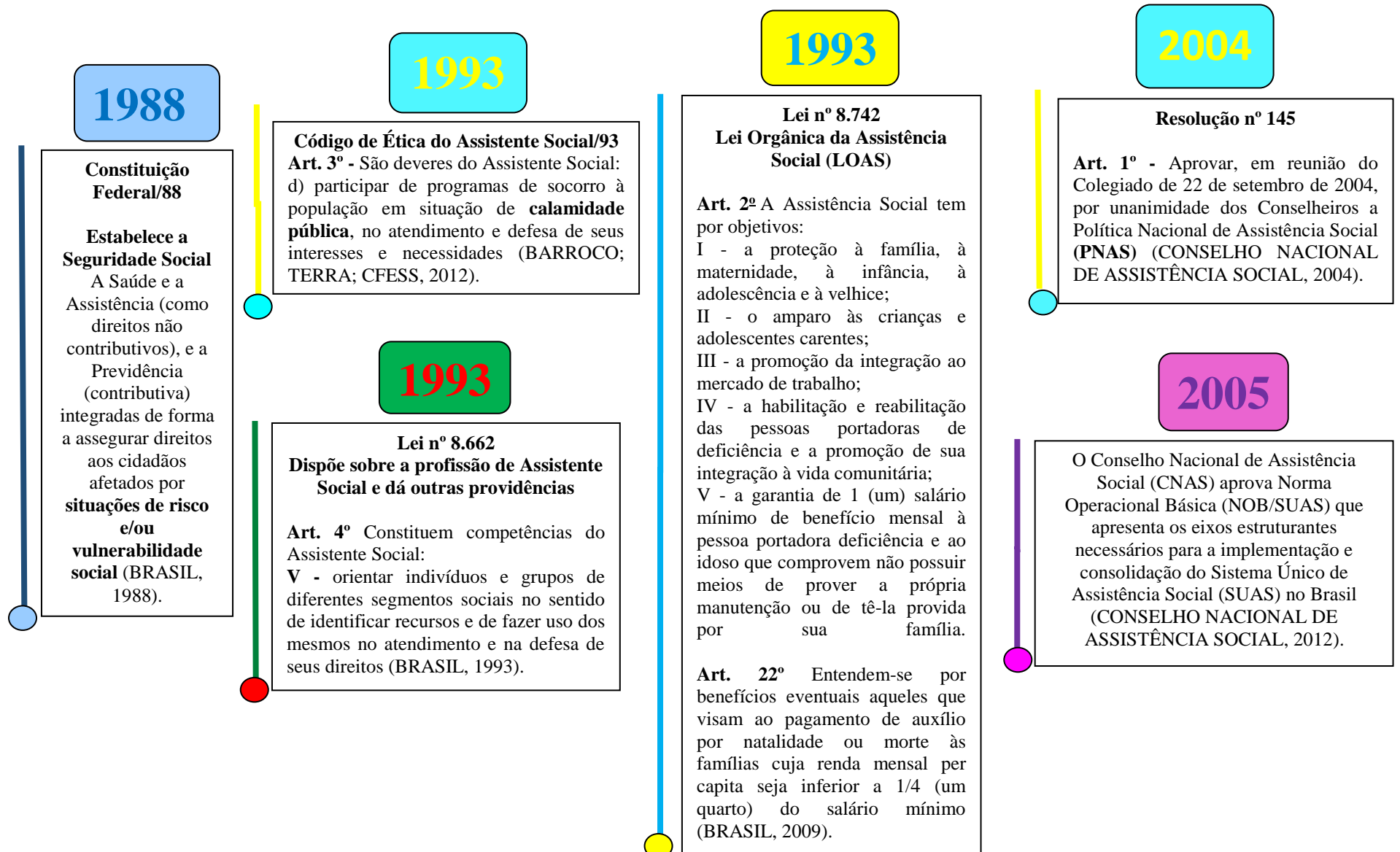


Figura 6: Linha do tempo 2 (2007 - 2009). Elaboração própria.

2007

Decreto nº 6.307

Dispõe sobre os benefícios eventuais de que trata o art. 22 da Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Art. 8º Para **atendimento de vítimas de calamidade pública**, poderá ser criado benefício eventual de modo a assegurar-lhes a sobrevivência e a reconstrução de sua autonomia, nos termos do § 2º do art. 22 da Lei nº 8.742, de 1993.

Parágrafo único. Para os fins deste Decreto, entende-se por **estado de calamidade pública** o reconhecimento pelo poder público de situação anormal, advinda de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes (BRASIL, 2007).

2009

Resolução nº109

Art. 1º- Aprovar a Tipificação nacional de Serviços Socioassistenciais, conforme anexos, organizados por níveis de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, de acordo com a disposição abaixo:

III - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade:

a) Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades:

- Abrigo institucional;
- Casa-Lar;
- Casa de Passagem;
- Residência Inclusiva.

b) Serviço de Acolhimento em República;

c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;

d) **Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências** (CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 2009).

Figura 7: Linha do tempo 3 (2011 - 2012). Elaboração própria.

2011

Lei nº. 12.435

Promove alterações e complementações a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), dispõe sobre a organização da Assistência e institui o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Art. 2º A assistência social tem por objetivos:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos;

II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais.

Art. 22º Entendem-se por benefícios eventuais as provisões suplementares e provisórias que integram organicamente as garantias do Suas e são prestadas aos cidadãos e às famílias em virtude de nascimento, morte, **situações de vulnerabilidade temporária e de calamidade pública** (BRASIL, 2011).

2012

Lei nº 12.608

Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC

Traz os princípios, os objetivos e instrumentos de como a gestão de riscos de desastres e a gestão de desastres serão implementadas no Brasil, com o propósito de assegurar condições sociais, econômicas e ambientais adequadas para garantir a dignidade da população e garantir a promoção do desenvolvimento sustentável (BRASIL, 2012).

Figura 8: Linha do tempo 4 (2013 - 2020). Elaboração própria.

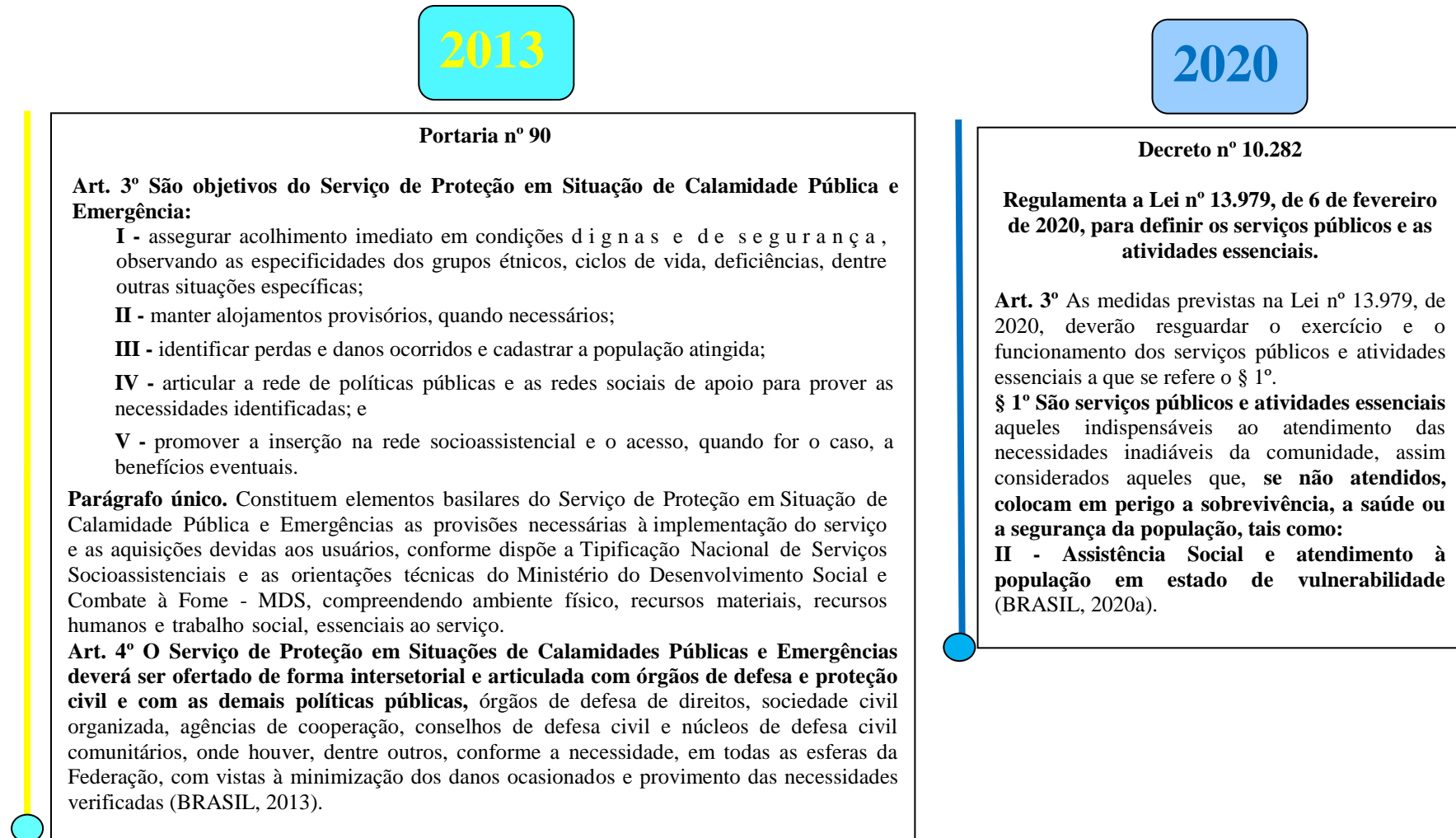



Figura 9: Linha do tempo 5 (2020). Elaboração própria.



Decreto nº 10.593

Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil e sobre o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil e o Sistema Nacional de Informações sobre Desastres.

Art. 2º Para fins do disposto neste Decreto, considera-se:

IV - ações de recuperação - medidas desenvolvidas após a ocorrência do desastre destinadas a restabelecer a normalidade social que abrangem a reconstrução de infraestrutura danificada ou destruída e a recuperação do meio ambiente e da economia;

VI - ações de restabelecimento - medidas de caráter emergencial destinadas a restabelecer as condições de segurança e habitabilidade e os serviços essenciais à população na área atingida pelo desastre;

Art. 24º O Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil, elaborado sob a coordenação da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério do Desenvolvimento Regional, compreende o conjunto de princípios, diretrizes e objetivos que nortearão a estratégia de gestão de riscos e de desastres a ser implementada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, de forma integrada e coordenada.

Art. 25º O Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil integrará, de maneira transversal, as políticas públicas de ordenamento territorial, desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente, mudanças climáticas, gestão de recursos hídricos, geologia, infraestrutura, educação, ciência e tecnologia, **assistência social** e aquelas vierem a ser incorporadas ao Sinpdec, com vistas à proteção da população.

Art. 27º O Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil será elaborado no prazo de trinta meses, contado da data de publicação deste Decreto.

Parágrafo único. O Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil estabelecerá os prazos para as suas revisões periódicas (BRASIL, 2020b).

A questão que se coloca, após esta breve exposição cronológica³³, é que a intervenção da (o) assistente social sempre está pautada na garantia de direitos e, como foi abordado anteriormente, a intensificação das desigualdades sociais está se configurando em barbárie. Sendo assim, como efetivar a proteção social no contexto de desastres em uma sociedade colapsada estruturalmente? O desastre cotidiano vivido por essas pessoas em situação — histórica — de vulnerabilidade social antecede a eclosão do desastre propriamente dito. Esses direitos preconizados na legislação específica do Serviço Social, bem como na Seguridade Social instituída pela Constituição Federal, nunca foram efetivados em sua integralidade, nem antes, nem durante e nem depois do desastre. A esse respeito, Antenora Maria da Mata Siqueira assevera:

Em inúmeras abordagens sobre desastres, tanto na literatura especializada quanto na mídia, há uma identificação corrente sobre a desproteção a que são submetidos os afetados em tais ocorrências. Tais situações remetem à questão que norteou a reflexão aqui apresentada: que noção de proteção social tem permeado as trajetórias de profissionais que atuam nos serviços de assistência social nas situações de desastres? O caráter universal, democrático e de direitos preconizado pela Política Nacional de Assistência Social são princípios efetivados? Se tomarmos por base as críticas tanto da literatura do Serviço Social, quanto da sociologia dos desastres, a racionalidade hegemônica é a de que esses trabalhos ficam apenas na ordem do emergencial e a responsabilidade com o antes e o depois é sempre facultada ao outro - em geral um Estado abstrato. Assim, a noção de proteção social segue focalizada, fragmentada, setorializada e reprodutora da ausência de cidadania (2013, p. 258).

Uma outra questão importante, ainda relacionada ao atendimento, é que, ao cadastrar as famílias atingidas, este atendimento configura-se em individual. Uma vez que toda comunidade foi atingida, este atendimento também deveria ser coletivo, visando à organização e à mobilização popular, estabelecendo assim um tensionamento entre a proteção social focalizada, fragmentada e setorializada e o protagonismo da comunidade afetada por desastre, que pode assumir o lugar de fala em pelo menos dois pontos iniciais — o que e como — contrapondo-se às soluções institucionais já postas. Nesse sentido, ao abordar o controle social na formulação e implementação de ações no momento da recuperação das áreas afetadas por desastres, Maria Auxiliadora Ramos Vargas afirma que a participação das comunidades locais é

³³ No dia 24/09/2021 foi publicada a Portaria nº 112 que dispõe sobre a Emergência Socioassistencial e a Salvaguarda Social. Como já havia encerrado o subitem 3.3, optei por não incorporá-la e mencioná-la caso haja interesse de consulta. Disponível <em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-112-de-23-de-setembro-de-2021-346951796>>. Acesso em 24/09/2021.

“crucial para a democratização das ações e pode gerar uma gestão de desastres mais adequada e afinada com a realidade” (2015, p. 136).

Tenho refletido sobre a questão de política pública nesse contexto — catástrofes, situações emergenciais, calamidades públicas e desastres socialmente construídos — para além do atendimento clínico e assistencial, e cheguei à conclusão de quanto é importante uma prática continuada em contraste com a prática imediatista, pontual e fragmentada à qual são submetidos os sujeitos afetados. Mossicléia Mendes da Silva corrobora minha percepção sobre a política pública ao afirmar que:

Em rápida síntese é possível identificar a encruzilhada para o Serviço Social e seu projeto profissional: ao tempo que se amplia a requisição da profissão, seguida de uma importante divulgação, reconhecimento e legitimação da categoria face à própria dinâmica de expansão das políticas sociais, se coloca no campo denso das contradições a forma incipiente, precarizada, focalizada e restrita como as políticas são desenvolvidas, bem como a direção social de que são objeto e os impactos disso na própria limitação do Serviço Social aos traços mais tecnicistas, burocráticos e assistencialistas de sua atuação. [...]A luta em torno do projeto ético-político é sempre uma luta por expansão das bases sociais de possibilidades à plena emancipação humana, o que supõe a construção de outra ordem societária e esta não é possibilidade histórica ao Serviço Social, posto que uma atividade histórica do sujeito coletivo que é a classe trabalhadora (2019, p.566).

A partir da reflexão sobre a prática imediatista, pontual e fragmentada, o próximo subitem propõe uma discussão sobre a política pública em tempos de desastres.

3.4 POLÍTICA PÚBLICA EM TEMPOS DE DESASTRES

Isabelle Stengers (2015), em seu livro “No Tempo das Catástrofes”, desenvolve uma abordagem interessante e original que acaba por provocar reflexões acerca da política pública em tempos de desastres.

Stengers apresenta uma enorme teia construída pelo capitalismo, onde a hegemonia do mercado é absoluta e onde nada escapa a essa teia. A estrutura arquitetônica é precisa e nela tudo é milimetricamente interligado, ainda que, à primeira vista, a trama pareça ser constituída por pequenos núcleos independentes, tais como organismos autóctones. A realidade é que, na grande teia do capitalismo, esses organismos se retroalimentam. Nesse sentido, coexistem o “progresso” (e suas metas de expansão infundáveis) com os seguintes fatores: a insegurança alimentar; as mudanças climáticas (e suas consequências); as desigualdades sociais crescentes; a poluição; o

envenenamento por agrotóxicos; o esgotamento das fontes; a produção dos biocombustíveis; o desenvolvimento dos Organismos Geneticamente Modificados (OGM) atrelado à pressão das instituições financeiras e das indústrias farmacêuticas, e, conseqüentemente, ao extermínio dos pequenos agricultores (e da agricultura genuína); a “Ciência” (pesquisa) servindo aos interesses mercantilistas; a sustentabilidade transformada em mercadoria e em mais valor; e por último, mas não menos importante, as pessoas e as relações sociais que se reproduzem nessa teia.

Essa grande teia, o Capitalismo, que também possui o codinome de Globalização, constitui em si um paradoxo: o aparente progresso em sua essência é, de fato, a arquitetura da barbárie! Mediante isso, Stengers indaga:

Como conciliar o imperativo de “soltar as rédeas do crescimento”, de “ganhar” na grande competição econômica, e o desafio de ter que pensar um futuro que define esse tipo de crescimento como irresponsável, até mesmo criminoso? (2015, p. 11).

No sentido de pensar um futuro divergente da barbárie, Stengers evoca a intrusão de Gaia, que assume distintas significações: a Mãe-Terra da mitologia grega e sua imensa potencialidade geradora; um campo de oportunidades para o capitalismo, o lucro e a mais valia — comumente conhecida como a indústria dos desastres — com a ocorrência devastadora de ameaças naturais no globo terrestre, “A lógica de funcionamento capitalista não pode evitar identificar a intrusão de Gaia com o aparecimento de um novo campo de oportunidades [...]” (*ibidem*, p. 47); e, fazendo uma analogia com a Hipótese de Gaia³⁴, sugere a organização e mobilização social no sentido de pensar esse futuro distinto da barbárie. Segundo Stengers “[..] É agora que se tem de aprender a responder, que se tem, especialmente, de criar práticas de cooperação e de substituição com aqueles e aquelas que a intrusão de Gaia estimula doravante a pensar, imaginar e agir” (*ibidem*, p. 51).

O sentido de urgência impregnado na escrita de Stengers é o mesmo sentido de urgência da comunidade afetada por desastre, e essa urgência requer uma política pública diferenciada.

³⁴ Hipótese de Gaia: foi estruturada por James Ephraim Lovelock com a colaboração de Lynn Margulis, para explicar o comportamento sistêmico do planeta Terra, pressupondo que os seres vivos são capazes de modificar o ambiente em que vivem, tornando-o mais adequado para sua sobrevivência. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/James_Lovelock>. Acesso em 08 de setembro de 2021.

Então, aqui estamos — eu que escrevo e você que lê — a pensar como uma política pública que é concebida para atender um movimento regular da sociedade pode ser capaz de contemplar o sujeito afetado por desastres? É necessário pontuar alguns elementos que evidenciem a diferença do que já existe e do que necessita vir a existir.

O que aqui chamo de “política pública concebida para atender um movimento regular da sociedade” está relacionada a previsibilidade de subjetividades consideradas normais, enquadradas. Por exemplo, uma pesquisa concluiu que doenças cardiovasculares foram responsáveis por um número elevado de óbitos, a partir desses dados surge a necessidade de se pensar uma política pública na área da Saúde que possa contribuir para mudar esse prognóstico, o recorte e o enquadramento possibilitam a formulação da política. Teria inúmeros exemplos para ilustrar o quanto a política pública pensa o que é regular e o que se repete.

Por sua vez, há também o que ocorreu na Região Serrana em 2011, onde houve 304.562 pessoas diretamente afetadas, além de 905 mortos, e hoje, 10 anos depois do ocorrido, conforme mencionado anteriormente, ainda existem 86 mil pessoas vivendo em áreas de risco nas cidades de Nova Friburgo, Teresópolis e Petrópolis. Esse momento da Região Serrana se deu em um tempo de exceção, a subjetividade do sujeito afetado por desastre é outra, ele é um sujeito produzido em um tempo de exceção.

Duas questões se colocam como incontestáveis: para que a engrenagem da sociedade não pare de funcionar, cada vez mais a política pública se vê obrigada a incluir novos acontecimentos e a exceção está se tornando regra. E isso é um desastre socialmente construído. Por isso aqui repito, a exceção está se tornando regra! E, em virtude do aquecimento global, talvez até seja possível prever algumas dessas exceções, como as enchentes. Mas, precisamente quando e onde, não. O que se sabe é, que, em virtude dessas exceções que estão se tornando regras, há necessidade de uma verba extra, de uma previsão orçamentária, e de uma política pública sobre o que fazer com esta verba.

Retomando Stengers e a intrusão de Gaia:

[...] Nomear Gaia é aceitar pensar a partir do seguinte fato: não temos escolha. Esse “não temos escolha” é do gênero que materialistas deveriam aceitar. Mas trata-se aqui de fazer mais do que “aceitar porque não há meio de fazer de outro modo”. Trata-se de ser obrigado a pensar com base no que acontece [...] (2015, p. 52).

Dessa maneira, considerando a intrusão de Gaia, qual é o tipo de racionalidade necessária quando a exceção se torna regra? Ocorrências excepcionais podem acontecer a qualquer momento, não é mais possível a mesma racionalidade quando não é mais possível o outrora normal.

Não há uma oposição contra a política pública, e sim o questionamento de uma determinada forma de criá-la. Portanto, como o Serviço Social pensará o desastre socialmente construído com políticas públicas que contemplam subjetividades normais e enquadradas quando a subjetividade do sujeito afetado por desastres é traumática e impossível de suprimir em sua intervenção?

Dutra (2018), ao escrever sobre gestão de desastres e Serviço Social, abordou questões que permearam a relação entre os (as) assistentes sociais e a Defesa Civil no ocorrido na Região Serrana, em 2011. Quero destacar alguns pontos que julgo relevantes: metade das assistentes sociais entrevistadas pela autora considerou que, durante a crise aguda, se tratou de uma intervenção pontual, fragmentada e imediatista; relatou a sensação de impotência e de impossibilidade para contribuir na melhoria da situação e criticou a qualidade do atendimento prestado à população afetada, que presumi não ter sido feito por elas. Segundo a autora, a destinação dos recursos públicos também foi algo que incomodou as profissionais entrevistadas, assim como o fato de algumas pessoas serem contempladas com benefícios sem precisarem passar pela avaliação do Serviço Social.

Em suas considerações finais, Dutra (*ibidem*) afirma que a convocação dos (das) assistentes sociais para atuarem junto aos órgãos de proteção e defesa civil após a ocorrência dos impactos aponta para uma série de ações em sua maioria de forma pontual e fragmentada, não relacionada às etapas anteriores ao desastre; conclui que, no campo dos desastres a integração entre políticas públicas ainda não acontece, bem como se torna desafiadora a articulação de trabalho entre os diferentes setores, comprometendo a prevista efetivação. Constata que, na gestão dos desastres, apesar dos (das) assistentes sociais continuarem atendendo à população por um longo tempo em virtude de novas demandas, no que concerne sua integração junto aos órgãos municipais de proteção e defesa civil, ela é muito prejudicada. Ao elencar as questões acima dentre outras, assevera ser possível dizer que o Serviço Social, “[...] aparece secundarizado [...]” (*ibidem*, p.198). E que a realidade vivida pelos (as) assistentes sociais nesse

contexto reforça a subalternidade como característica presente na profissão desde seu surgimento.

Quero destacar um aspecto levantado por Dutra (2018) que se relaciona à questão da política pública em tempos de desastres: a inexistência de conhecimento relacionado ao conjunto teórico, metodológico e jurídico concernente ao desastre. Em outras palavras, para questionar ou propor é preciso conhecer, pois a falta de conhecimento compromete a resposta e limita o alcance.

Como foi exposto no subitem 3.2, no momento em que for criado e implementado, o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil integrará, de maneira transversal, as políticas públicas, dentre elas a Assistência Social. Considerando a cultura militar e hierarquizada presente nos órgãos de proteção e defesa civil, não é difícil vislumbrar a questão da subalternidade à qual podem ser submetidos os (as) assistentes sociais a partir da centralidade desse Plano Nacional.

Posto isso, enquanto assistente social, como viabilizar o deslocamento da posição subalternizada no contexto de desastre e também deslocar o sujeito afetado por desastres desse lugar de subalternidade e tutela?

Novamente recorro a Stengers ao afirmar que:

Hoje, pode-se dizer que a intrusão de Gaia produz uma situação questionante desse tipo, põe em questão o conjunto de nossas histórias e de tomadas de posição, as que tranquilizam, as que prometem, as que criticam. No entanto, o poder dessa situação não é nada se não for atualizado em dispositivos concretos que agreguem em torno de situações concretas[...] E essa cultura do dispositivo só pode ser construída em tempo e com questões reais [...] Que o ambiente de um grupo que experimenta a possibilidade de um regime coletivo de pensamento e ação possa ser, ao mesmo tempo, o que envenena, o que ameaça e aquilo com que vínculos devem ser criados [...] As questões que esse grupo suscita, pois fazem parte do meio desse grupo, *são questões operantes* [...] Quanto às respostas, elas nunca serão gerais, estarão sempre ligadas à invenção de meios práticos de “constituir” resposta (2015, p. 134).

Retomando a questão, como o Serviço Social pensará a formulação de políticas públicas no contexto do desastre socialmente construído, na exceção que está se configurando em regra? Em tempo de exceção, garantir direito para um sujeito em estado de trauma não é nada, a subjetividade traumática impossibilita o sujeito de acessar o direito, está alienado de si mesmo. E qual será a política para esse sujeito, viabilizar nova documentação e CadÚnico?

Reafirmo, não há uma oposição contra a política pública, e sim o questionamento de uma determinada forma de criá-la e acessá-la.

Quando o tempo de exceção se torna regra, de que modo a temática do desastre pode ser incorporada aos cursos de graduação em Serviço Social de forma que possa contribuir para a teoria do conhecimento, bem como na proposição de políticas públicas?

A proposta deste presente estudo — repensar a intervenção em tempo de desastre socialmente construído tendo a Arte e a Cultura como potências na construção do projeto ético-político do Serviço Social — significa considerar a subjetividade na política pública, reexaminar a política pública em circunstâncias do desastre que produz uma subjetividade traumática.

Como afirmado antes, existe a impossibilidade de supressão da subjetividade traumática do sujeito afetado por desastre, o que reafirma a Arte e a Cultura como elementos de sustentação da subjetividade em tempos de trauma, como protagonistas de uma intervenção que visa contribuir ao processo de reconstrução das pessoas após uma experiência de desastre.

Sendo assim, como intervir de forma que os sujeitos afetados — e as pessoas que vieram a óbito — deixem de ser simplesmente números e estatísticas nas manchetes dos meios de comunicação?

É isso que descrevo no próximo capítulo.

*“A Arte no contexto de pós-desastre,
durante o processo de experimentação e
criação, lança o desafio de penetrar na dor
particular e transformá-la em um evento
compartilhado”.*

Carmen Vasconcellos

4 INTERVENARTE (Intervenção + Arte)

É uma proposta de intervenção no contexto de pós-desastre visando à organização e a mobilização popular, objetivando construir coletivamente alternativas para o desenvolvimento comunitário sustentável, numa interlocução com ações artísticas, consoante o Art. 4º da Lei nº 8662, incisos:

II – elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;

V – orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos (BRASIL,1993, p. 1).

Ao longo deste trabalho, utilizei a expressão “pós-desastre”, e, devido ao tema desenvolvido neste capítulo, julgo importante ressaltar que me refiro ao momento da recuperação, e é também oportuno apresentar o Ciclo dos Desastres, ilustrado na imagem abaixo:

Figura 10: Ciclo dos Desastres. Elaboração Própria



Fonte: DEFESA CIVIL, 2013. ³⁵

³⁵Disponível em https://www.defesacivil.sc.gov.br/images/doctos/seminarios/Gestao_de_RISCO_de_desastres_BAIXA.PDF < Acesso em 05 de dezembro de 2021

Essa proposta de intervenção tem como público-alvo a comunidade afetada por desastre, que, para além dos direitos afiançados pela proteção social, precisa se organizar coletivamente a fim de problematizar desafios de curto, médio e longo prazo, relacionados à sobrevivência e à subsistência, principalmente no que concerne à habitação e ao possível reassentamento, que podem provocar outras rupturas além das decorrentes do desastre.

Comumente, as decisões acerca da adoção de políticas públicas no local afetado ou de reassentamento não consideram as reais necessidades dos moradores, visto que eles não participam da elaboração do diagnóstico social, da realização do planejamento e da implementação de ações sustentáveis envolvendo a comunidade afetada por desastre.

Dados divulgados na publicação *Back to Development a call for what development could be*, realizada pela *International Accountability Project*, envolvendo 800 pessoas em 8 países, trouxe informações que corroboram o argumento da pouca ou nula participação de moradores no processo de desenvolvimento comunitário, conforme exposto a seguir:

83% das pessoas nunca tiveram a oportunidade de propor ideias para projetos de desenvolvimento;
 94% nunca foram consultadas sobre suas prioridades no desenvolvimento para o país ou para a região;
 70% dos que receberam alguma compensação dizem que as suas necessidades não foram satisfeitas;
 90% não participaram das atividades que medem o valor real das suas casas, terras e recursos que foram perdidos ou destruídos;
 79% não sabem apresentar uma queixa sobre o projeto;
 71% acreditam que a maneira de medir os benefícios de um projeto de desenvolvimento é vendo se o projeto melhora a qualidade de vida e se respeita os direitos humanos;
 62% foram forçados a mudar-se devido à violência e à coerção.
 52% acreditam que o projeto foi desenhado para beneficiar empresas privadas (2015, pp. 14 e 22).

Para tanto, é fundamental conhecer o local onde será realizada a intervenção da (o) assistente social para que mais pessoas sejam beneficiadas, é o que também revela a mesma publicação divulgada pela *International Accountability Project*, que sugere 8 passos para desenvolver a comunidade, a saber:

1. começar com um plano popular;
2. entender as barreiras à participação real da comunidade;
3. buscar desenhos de projetos que defendam os direitos humanos;

4. garantir que o conhecimento local seja integrado ao desenho do projeto;
5. tratar o reassentamento como um projeto de desenvolvimento próprio;
6. utilizar a informação advinda de monitoramento comunitário;
7. garantir a prestação de contas por qualquer dano causado;
8. tomar a abordagem dos direitos humanos para o desenvolvimento (2015, pp. 14 e 22).

Diante do exposto, faz-se necessário ir além e repensar novas abordagens de intervenção que engajem os moradores da comunidade afetada por desastre em todo o processo de recuperação ou reassentamento, para que eles exerçam plenamente a sua cidadania com seus direitos e deveres, resgatem seus valores, tornem-se protagonistas (e não apenas coadjuvantes) de um novo recomeço, em um ambiente cujas necessidades físicas, emocionais, espirituais e intelectuais sejam plenamente atendidas.

A implementação dessa intervenção e sua interlocução com ações artísticas, que denomino de *Arte Humanitária*, será abordada no subitem 4.2. A necessidade da Arte.

O subitem 4.1 relata minha ida a Brumadinho e as ações artísticas realizadas nessa cidade após o rompimento da barragem da Mineradora Vale.

4.1 BRUMADINHO³⁶

Antes de abordar a necessidade da Arte “pari passu”, com a intervenção proposta no presente estudo, é necessário retomar, ainda que brevemente, duas questões mencionadas na introdução: “A Arte Abraça Brumadinho”³⁷ e “A Arte Transforma Realidades”³⁸, este um canal no Youtube com vídeos de todas as manifestações artísticas realizadas pelo projeto “A Arte Abraça Brumadinho”.

À ocasião do lançamento do projeto, o jornal “O Globo”³⁹ e o portal “Neo Mondo”⁴⁰ fizeram reportagens que destacavam a parceria entre a Fundação Dom Cabral, as lideranças comunitárias e os voluntários de diversas regiões do Brasil. A proposta inicial do projeto, cuja 1ª edição ocorreu em 26/04/2019, era, até o fim de

³⁶ No dia 25/01/2019 houve o rompimento de uma barragem de rejeitos, da mineradora Vale, no Córrego do Feijão, em Brumadinho (MG).

³⁷ Arte Abraça Brumadinho. Disponível em <<https://www.instagram.com/arteabracabrumadinho/>>. Acesso em 02 de agosto de 2021.

³⁸ Arte Transforma Realidades. Disponível em <<http://artetransformarealidades.com.br/index.jsp>> e em <https://www.youtube.com/channel/UCnG_UkbeMw6zIX_aLVH9Z5Q>. Acesso em 02 de agosto de 2021.

³⁹ Jornal O Globo. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/cultura/projeto-arte-abraca-brumadinho-promove-recuperacao-da-cidade-atraves-da-cultura-23624406>>. Acesso em 02 de agosto de 2021.

⁴⁰ Portal Neo Mondo. Disponível em <<http://www.neomondo.org.br/2019/04/25/arte-abraca-brumadinho/>>. Acesso em 02 de agosto de 2021.

2019⁴¹, através de atividades culturais e educacionais, proporcionar visibilidade e mobilizar esforços, para que (segundo Carlos Alberto Netto, idealizador do projeto), três desafios fossem enfrentados após o ocorrido: despertar as escolas para que contribuíssem com a ressignificação do desastre; auxiliar organizações locais para que consolidassem e ampliassem o alcance de projetos sociais na cidade; e promover reflexão sobre alternativas de reconstrução simbólica e concreta da cidade. As duas reportagens mencionadas reproduziram a mesma fala do idealizador do projeto:

Um aspecto do processo de reparação é a indenização pelas perdas materiais. Mas e o lado do espírito? A perda que é intangível? A arte e a cultura devem ser um dos canais de restauração da vida. Quais iniciativas podem ajudar na recuperação de Brumadinho? (GLOBO; NEOMONDO, 2019).

Estive em Brumadinho na Semana Santa, em abril de 2019, numa viagem de trabalho de campo e pude perceber — através dos relatos que ouvi — que o rompimento da barragem, assim como em Mariana, deixaria para sempre marcas não só espaciais e físicas. As questões subjetivas e identitárias, o misto de sentimentos relacionados à Vale — antes do rompimento, fonte de emprego, após o rompimento, fonte de dor — pulsavam no Córrego do Feijão. A estrada que ligava o Córrego do Feijão a Brumadinho estava bloqueada pela lama, o caminho foi bem mais longo e, na volta, pude fotografar o que chamei de intervenção urbana. Esta intervenção foi criada pelos familiares das vítimas, e, como se pode observar na imagem, na próxima página, existem inúmeras cruzes representando as vítimas que vieram a óbito, trazendo visibilidade ao ocorrido.

⁴¹ A 6ª edição ocorreu ao completar-se um ano do rompimento da barragem, em 25/01/2020.

Figura 11: Brumadinho



Fonte: Fotografado pela autora

O *artista* Mundano, com sua obra “Operários de Brumadinho”, um mural de cinquenta metros de altura, na lateral do Edifício Minerasil, em frente ao Mercado Municipal de São Paulo, homenageando as vítimas, foi pintado com uma tinta criada por Mundano a partir da lama tóxica recolhida em sua visita a Brumadinho. Essa obra, inspirada na tela “Operários” (1933) de Tarsila do Amaral, é um exemplo da ressignificação do desastre.

Figura 12: Operários de Brumadinho



Fonte: Instagram⁴²

⁴² Disponível em https://www.instagram.com/mundano_sp/

4.2 A NECESSIDADE DA ARTE

Menegat (2019), ao final de seu artigo "Art and the Wreckage", aborda a reiteração cotidiana da dominação impessoal no Capitalismo, que converte tudo em mercadoria — aí implícita a Arte —, sugerindo que há uma crítica sobre essa dominação impessoal e questionando o quanto essa crítica pode apontar (ou não) para a possibilidade de existir uma arte para além dos escombros.

Confesso que, ao encerrar a leitura do artigo, não pude deixar de associá-lo ao meu tema "desastre socialmente construído e seus rastros". Os escombros! No texto "Paulo Freire: a leitura do mundo" (BETTO, 1997, *apud* SOUSA; SILVA, 2014, p. 354), Frei Betto afirma: "[...] a cabeça pensa onde os pés pisam[...]". Eu só conseguia pensar na minha proposta de intervenção, *Arte Humanitária*.

Antonio Callado, ao escrever a introdução do livro "A necessidade da Arte", de Ernst Fischer (1983), afirma que, à medida em que a vida se fragmenta em interesses e classes, a função da arte é refundir o homem consigo mesmo. Sendo assim, a mandala, com sua forma circular — que na teoria de Jung representa simbolicamente a luta pela unidade total do eu — ilustra o que, nos escritos de Fischer (*ibidem*, p. 14), enxergo como um ciclo, quando o autor diz ser essencial para um artista "[...] dominar, controlar e transformar a experiência em memória, a memória em expressão, a matéria em forma [...]". E, ainda que, num primeiro momento, pareça não fazer sentido, o escombros é a memória e também a expressão. A questão que se interpõe é: como ressignificar essa memória que também é uma forma? Na tentativa de apontar um caminho, recorro a Ecléa Bosi⁴³, ao discorrer sobre potência da memória:

[...] Então, a memória deixa de ter aqui um caráter de restauração do passado e passa a ser a memória geradora do futuro: memória social, memória histórica e coletiva. Nós pesquisadores que recolhemos o passado sabemos que ele é um dos mais difíceis e misteriosos dos conceitos. O passado não é uma sucessão de fatos ou camadas que se vai escavando. A memória desconhece a ordem cronológica. Minha hipótese é que ela opera com grande liberdade, recolhendo fatos memorados no espaço e no tempo, não arbitrariamente - mas por que se relacionam através de índices de significação comum. São constelações de eventos mais intensas quando sobre elas incide o brilho de um significado coletivo[...] (2012, p. 198).

⁴³ Entrevista de Ecléa Bosi para a revista Dispositiva, do programa de pós-graduação em Comunicação Social da Faculdade de Comunicação e Artes – PUC-Minas. Disponível em <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva/article/view/4301/4454>>. Acesso em 19 de julho de 2020.

Nesse sentido, sempre enxerguei a arte como potência, nunca foi apenas para entreter, e sim para provocar reflexões. Trata-se do que comunicar, do objetivo da narrativa. A esse respeito:

A arte possibilita o reencontro ou a descoberta de si mesmo. Ela provoca os sentidos - tato, olfato, paladar, audição e visão. Reverbera dentro do homem criando eco na alma. Com as mãos cria histórias, sons e formas (quadros, esculturas, livros e música), através do corpo ganha vida (dança e teatro), por intermédio dos olhos eterniza imagens (fotografia e cinema) e este mesmo homem é “alfabetizado” pelas formas da arte. Como diria Artaud: “[...] A verdadeira cultura age por sua exaltação e força” (1984, p. 19). A relação do homem com o mundo e a sua capacidade de transformação e de criação traduzem suas ideias e concepções. Constroem sua identidade, sua história e o tornam um ser histórico-social. Por mais que a sociedade capitalista tente nos convencer de que nossos valores estão vinculados aos nossos bens de consumo, a identidade do homem e a de um povo estão atreladas à vida, ao legado imaterial que atravessa gerações, como um selo, uma marca indelével (VASCONCELLOS, 2014, pp. 22-23).

E é essa potência da arte que possibilita o diálogo com outras áreas de conhecimento, como o Serviço Social, e também o protagonismo numa proposta de intervenção no contexto de pós-desastre com a comunidade afetada, e é sobre isso que trata o próximo subitem.

4.2.1 Arte Humanitária

Ao conceber a intervenção *Arte Humanitária*, as questões que nortearam minhas proposições estavam atreladas ao fato de que as ações relacionadas às pessoas afetadas por desastres orbitavam entre infraestrutura (reconstrução) e bem-estar (roupas, remédios, alimentos e abrigo). Mas o ser social e sua subjetividade não eram contemplados nessas ações. A arte dialoga com a subjetividade do ser social de duas formas interligadas, no processo de criação artística essa subjetividade aflora, ao mesmo tempo que também pode resultar em uma obra de arte.

Ao contrário do que evidenciam os mencionados projetos desenvolvidos em Brumadinho (apresentações para a comunidade), na proposta de intervenção *Arte Humanitária*, a arte é, juntamente com a comunidade, afetada pelo desastre. Nessa proposição há o protagonismo do artista social como o novo sujeito fundamental dessa nova abordagem de intervenção no pós-desastre, mediando uma outra maneira de narrar a história das pessoas e da comunidade afetada:

Em meio à destruição e ao caos instaurado, o artista social — entenda-se: atores, bailarinos, circenses, músicos, artistas plásticos — estaria promovendo, através de uma metodologia que tem a arte como fonte, uma descoberta ou redescoberta da vida e, com ela, suas inúmeras possibilidades. Para tanto, utilizaria os destroços como matéria-prima de produções artísticas, como acontece com a reutilização de materiais, que viabiliza novos conceitos de criação e de estética. Em outras palavras: seria transformar a destruição em obra de arte, o paradoxo de transformar a dor da perda em arte. O produto artístico será consequência do processo pelo qual as pessoas passarão (VASCONCELLOS, 2014, pp. 38-39).

Enquanto agente de mudança social, esse artista, através de suas proposições e mediações visa a provocar incômodos, estranhamentos e reflexões, que levem a comunidade afetada a problematizar, e até mesmo politizar, o sofrimento e o luto, impulsionando transformações.

Antes dessa mediação, é necessário que o artista social identifique os artistas locais bem como os produtores culturais da comunidade afetada para articularem, juntos, oficinas artísticas — teatro, dança, circo, música, fotografia, cinema, poesia, artes plásticas, reutilização de materiais e customização —, que resultariam em mostras de artes, espetáculos e saraus contemporâneos.

É importante ressaltar que, nesse âmbito também, se faz fundamental a proposição de uma equipe multiprofissional formada por engenheiros, geógrafos, arquitetos, assistentes sociais, psicólogos, dentre outros profissionais, que poderão contribuir com suas competências na construção coletiva de soluções inovadoras que possam ser executadas no menor tempo possível, de forma a não prolongar indefinidamente o sofrimento da comunidade afetada.

Assim, a proposta de *Arte Humanitária*, é intervir na realidade social da comunidade afetada por desastre, a partir de duas frentes: através da equipe multiprofissional, cuja atuação - ao mobilizar e envolver a comunidade afetada - vai mediar/facilitar a construção coletiva de propostas pautadas na sustentabilidade e no desenvolvimento econômico; e através do artista social utilizando a Arte e a Cultura na interação com a subjetividade da comunidade afetada, visando a construir narrativas desassociadas do senso comum e impregnadas das memórias dos sujeitos afetados, que muitas vezes é perpassada pelo enraizamento e o desenraizamento.

Ecléa Bosi⁴⁴, ao abordar a questão do enraizamento e do desenraizamento, afirma:

Eu aprecio muitíssimo esse conceito criado por Simone Weil para entendimento da cultura: o enraizamento. Os deslocamentos constantes a que nos obriga a vida moderna não nos permitem um enraizamento num dado espaço ou numa comunidade, mas este continua sendo um direito humano fundamental. Como dizia Simone Weil, o ser humano tem uma raiz por sua participação real numa coletividade, que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. O desenraizamento a que nos obriga a vida moderna é uma condição desagregadora da memória. Um dos mais cruéis exercícios da opressão na sociedade moderna (opressão de natureza econômica) é a espoliação das lembranças[...] (2012, pp. 198-199).

A comunidade afetada por desastre não só é desenraizada, como também vivencia a espoliação de lembranças. Portanto, a *Arte Humanitária*, enquanto uma proposta de intervenção que possa disponibilizar a essa população ferramentas que possibilitem: problematizar seu próprio enraizamento e desenraizamento, a questão da espoliação de lembranças, e todas as consequências e os reflexos na vida da comunidade afetada, certamente contribuirá para a transformação da realidade com proposições coletivas que poderiam resgatar a humanidade do espaço. Segundo Bosi, “uma história de vida que nós escutamos não é feita para ser arquivada ou guardada em uma gaveta como coisa, existe para transformar a cidade onde ela floresceu” (2012, p. 199).

O fato é que, ao longo desses onze anos — tempo em que venho sonhando e amadurecendo ideias — tive a oportunidade de conhecer algumas pessoas, dentre elas o antropólogo colombiano Oscar Santiago Uribe Rocha, diretor da Oficina de Resiliência em Medellín, que, no evento do CEMADEN, em 2017, falou de sua experiência e mencionou as “mesas alternativas do futuro”, o que de forma resumida se constituiu, a partir de 1990, numa parceria entre o poder público e a sociedade civil, onde a população falou o que queria, inclusive expressando desejos de melhor educação, emprego, centros culturais, bibliotecas e áreas esportivas. Depois, foi feito um plano, Medellín e Região Metropolitana 1995-2015, que continha o que a cidade queria e como gostaria de se transformar a partir de suas comunidades. Medellín passou de uma das cidades mais violentas do mundo a um modelo de transformação social e urbana. E,

⁴⁴ Entrevista de Ecléa Bosi para a revista Dispositiva, do programa de pós-graduação em Comunicação Social da Faculdade de Comunicação e Artes – PUC-Minas. Disponível em <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva/article/view/4301/4454>>. Acesso em 19 de julho de 2020.

nesse encontro, percebi que isto é possível, inclusive como um projeto de extensão universitária multidimensional!

Retomando Fischer que afirma ser a arte necessária “[...] para que o homem se torne capaz de conhecer e mudar o mundo [...]” (1983, p. 20), gostaria de tecer algumas considerações:

- O desastre efetivo, o desastre do humano, o desastre que acontece ao ser social resulta em memórias que nunca mais se apagam e que necessitam de ressignificações;
- Augusto Boal afirmava que todos os seres humanos são atores (porque atuam) e espectadores — porque observam. Sendo assim, no contexto de pós-desastre socialmente construído, têm que ser levadas em conta as perdas como situações que forjam potenciais artistas e pessoas que contribuem para uma crítica à realidade social;
- Acredito que seja possível proporcionar condições para que, por meio da criação de produções artísticas, as pessoas afetadas sejam protagonistas de suas narrativas, viabilizando processos de elaboração e transformação das situações traumáticas que vivenciaram;
- Pode-se imaginar que a oportunidade de construção dessas narrativas potencialize a expressão dos sujeitos, passando do lugar de “interação com fenômenos não espontâneos” para o lugar de “sujeitos da interação e do questionamento das situações ressignificadas”;
- A construção desse processo faz emergirem os questionamentos dos sujeitos individuais e coletivos, a expressão dos invisíveis como protagonistas de um pensamento elaborado a partir de uma vivência, a expressão da busca de soluções para situações de vulnerabilidade, desigualdade e injustiça social e para a produção social, cultural e política da saúde;
- Outro resultado desse processo é o reconhecimento do potencial de todas as pessoas afetadas pelos desastres socialmente construídos como seres humanos filósofos, ou seja, elaboradores de um pensamento que questiona sua própria realidade, bem como a expressão de um pensamento por meio da Arte que leve ao reconhecimento de que todos os seres humanos são potenciais artistas. E essa afirmativa encontra eco na escrita de Stengers:

[...]Sim, uma situação pode se tornar interessante, digna de fazer pensar, capaz de suscitar o gosto pelo pensamento, se ela foi produzida por um processo de aprendizado concreto, em que as dificuldades, as hesitações, as escolhas, os erros fazem parte da narrativa tanto quanto os êxitos e as conclusões (2015, p. 129).

- Paradoxo: como conceber que a vida do sujeito programado para a reprodução, ao ser afetada pelo desastre, ou por outros fatores que também quebram essa reprodução, possa entrar em processo de (re)construção com apropriação e transgressão, que culminam em transformação?

E com este paradoxo, sigo para as considerações finais.

*“As pesquisas precisam contribuir para o
território”.*

C.R.R.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando ingressei na Escola de Serviço Social, eu já sabia sobre o que queria escrever no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), e parece que, quando se sabe o que se quer, tudo fica mais fácil. Só parece. Eu jamais poderia imaginar que a conclusão do curso se daria de forma virtual — disciplinas, estágio e apresentação do TCC — e, se alguém levantasse essa hipótese, eu diria: jamais. Então veio a pandemia, o mundo mudou, tudo mudou. O processo de escrita também foi afetado por essa mudança que não foi pessoal, foi universal. Era o universal comportando singularidades pessoais e coletivas.

Desastre socialmente construído, quando nele penso, penso como uma distopia que não me parece absurda por ser distante do que chamamos de realidade, distante do tempo presente; ao contrário, é uma distopia do tempo presente. E é absurdamente assombroso que essa distopia — desastre socialmente construído — consiga expressar de forma real e bárbara o que seriam elementos utilizados na construção de uma ficção distópica: os dilemas morais da sociedade que insiste em naturalizar o desastre; ele, em si, é a expressão mais contundente de qualquer crítica social; a devastação que promove na comunidade afetada fica impregnada de pessimismo — consequência da ausência pública do Estado — onde ter esperança pode ser considerado utopia, dadas as circunstâncias; e a violência banalizada e generalizada, que ocorre antes, durante e depois do desastre.

Quase ao fim da minha escrita, tive o privilégio de participar virtualmente do II Seminário Internacional de Desnaturalização dos Desastres e Mobilização Comunitária: crises ampliadas, redes e resistências, organizado pela Fundação Oswaldo Cruz - RJ em parceria com outras instituições. Em uma das oficinas de que participei havia sete mulheres de distintos movimentos sociais, e, dentre elas, uma era membra da Comissão dos Atingidos por Barragens de Antônio Pereira e membra da Flama - MG. Ao ouvi-las, reafirmei a convicção de que, seja qual for o desastre, a luta é intensa, árdua, permeada por sucessivas violências — físicas e psicológicas — e o sofrimento que não parece ter fim. Mas, apesar de tudo isso, elas resistem. Quero reproduzir literalmente algumas dessas falas que vão ao encontro deste trabalho: “território é abrigo e recurso”; “pegam o melhor da gente e nos dão o pior”; “existe a ausência pública do Estado nas políticas públicas, mas a polícia aparece”; “existe um conjunto de desqualificação para silenciar a

voz física, psicológica, institucional, é a combinação do silenciamento com a desqualificação”; “o direito nos chama”; “o território é nossa identidade, nossa cara”; “o sistema trabalha para modificar nossa identidade”; “a comissão sempre dá uma força”; “as pesquisas precisam contribuir para o território”.

Ao ouvi-las, meu coração batia muito forte, cada fala ia reafirmando minhas certezas: sim, enquanto futura assistente social, é urgente repensar um projeto de intervenção no cenário de pós-desastre; sim, é urgente considerar em minha intervenção a subjetividade traumática do sujeito; sim, é necessário repensar outra maneira de formular política pública para comunidade afetada por desastre; sim, a Arte e a Cultura são potências na construção do projeto ético-político do Serviço Social e na materialização dos princípios fundamentais do Código de Ética. Sim, a organização e a mobilização social é algo para se trabalhar em cooperação com a intrusão de Gaia. Nesse sentido, Stengers afirma que:

[...]Caracterizar é, partindo do presente que coloca a questão, remontar ao passado, e isso não para deduzir esse presente do passado, mas dar espessura ao presente: para interrogar os protagonistas de uma situação do ponto de vista daquilo de que eles podem se tornar capazes, da maneira pela qual eles são capazes de responder a essa situação[...] (STENGERS, 2015, p. 25).

Sei que, apesar da reafirmação das certezas, a pesquisa-ação envolve um longo caminho a percorrer, que inclui apropriar-me da legislação da política de Assistência Social para pensar essa nova forma de criar política pública, dos conteúdos produzidos pelos pesquisadores do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED), da Universidade Federal de São Carlos e também dos conteúdos produzidos pelos pesquisadores do Núcleo de Pesquisas e Estudos Socioambientais (NESA) e o Observatório dos Desastres Ambientais (ODAM), coordenados pela professora e assistente social Antenora Siqueira, da Universidade Federal Fluminense

E também incorporar outras leituras para que eu possa responder — em um outro momento — plenamente o questionamento do meu orientador: como esse tempo de catástrofes, de desastres socialmente construídos e a necessidade de se cuidar de traumas em massa impactam não só a intervenção da (o) assistente social, como também a teoria desta área do conhecimento? Por ora, posso responder que, se esse tempo de catástrofe, de desastre socialmente construído, dos traumas em massa não impactarem a intervenção da (o) assistente social, a escolha da profissão foi equivocada. E é impossível não influenciar a teoria desta área de conhecimento, e o fato inquestionável

dessa influência se traduz pela escolha inédita do tema calamidade, pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), como um dos cinco eixos para essa conferência nacional. E, em todas as *lives* de que participei relacionadas à temática dos desastres, e do grupo de WhastApp que passei a integrar, “SUAS em calamidades públicas”, a discussão e a produção de conteúdos têm sido intensa. A percepção concreta é que, com o contexto pandêmico, o Serviço Social **despertou para o desastre**, começou a olhar em outra direção e a incorporar outras perspectivas críticas.

Em suma, Ziegler mencionou que Che Guevara tinha o hábito de citar um provérbio chinês: “[...] os muros mais sólidos desmoronam por suas fissuras”. E Ziegler, após o provérbio, afirmou “então provoquemos tanto quanto possível, fissuras na ordem atual deste mundo que esmaga brutalmente os povos” (2013, p. 325).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANDEIRA, R. A. M.; ZARY, B. B.; CAMPOS, V. B. G. A produção científica em Logística Humanitária no século XXI: uma análise bibliométrica. In: **Revista Transportes**, [S. l.], v. 24, n. 2, p. 1–12, 2016. Disponível em: <<https://www.revistatransportes.org.br/anpet/article/view/883/589>>. Acesso em 11 jul. 2021.

BANCO MUNDIAL. **Avaliação de Perdas e Danos: Inundações e Deslizamentos na Região Serrana do Rio de Janeiro**. Jan. 2011. Relatório elaborado pelo Banco Mundial com apoio do Governo do Estado do Rio de Janeiro, 2012. Disponível em <<https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosDefesaCivil/ArquivosPDF/publicacoes/InundacoesDeslizamentosnaRegiaoSerranaDoRioDeJaneiro.pdf>>. Acesso em 16 ago. 2021.

BARROCO, M. L. S; TERRA, S. H.; CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL – CFESS (Orgs.). **Código de ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

BIRMAN, J. **Caos e Trauma no Mundo Contemporâneo**. Youtube, 04 outubro de 2016, duração 49min54seg. Disponível em <<https://youtu.be/WsSO-9L2vqE>>. Acesso em 29 nov. 2020.

BHERING, E; BOSCHETTI, I. Serviço social e política social: 80 anos de uma relação visceral. In: OLIVEIRA E SILVA, M.L. **Serviço Social no Brasil: História de resistências e ruptura com o conservadorismo**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2016 (pp. 119-140).

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: DF, 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 28 jul. 2021.

_____. **Decreto nº 6.307 de 14 de dezembro de 2007**. Dispõe sobre os benefícios eventuais de que trata o art. 22 da Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Brasília: DF, 2007. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6307.htm>. Acesso em 18 set. 2021.

_____. **Decreto nº 10.282 de 20 de março de 2020**. Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Brasília: DF, 2020a. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10282.htm>. Acesso em 28 jul. 2021.

_____. **Decreto nº 10.593 de 24 de dezembro de 2020**. Dispõe sobre a organização e o funcionamento do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil e do Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil e sobre o Plano Nacional de Proteção e Defesa Civil e o Sistema Nacional de Informações sobre Desastres. Brasília: DF, 2020b. Disponível em <<https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1150018584/decreto-10593-20>>. Acesso em 28 jul. 2021.

_____. **Lei nº 8.662 de 07 de junho de 1993.** Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências. Brasília, 1993a. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18662.htm>. Acesso em 18 set. 2021.

_____. **Lei nº 8742 de 07 de dezembro de 1993.** Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Brasília, 1993b. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18742.htm>. Acesso em 28 jul. 2021.

_____. **Lei nº 12.435 de 06 de julho de 2011.** Altera a Lei nº 8.742 de 07 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social. Brasília, 2011. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20112014/2011/lei/112435.htm>. Acesso em 18 set. 2021.

_____. **Lei nº 12.608 de 10 de abril de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil – PNPDEC (...). Brasília, 2012. Disponível em <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112608.htm>. Acesso em 28 jul. 2021.

_____. Ministério da Integração Nacional. **Processo nº 59050.001418/2010-71:** Solicita liberação de recursos... Interessado: Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. 15 abr. 2010. Disponível em <https://sei.mi.gov.br/sei/documento_consulta_externa.php?id_acesso_externo=51103&id_documento=1784091&infra_hash=89db1d6f1499bbb3a1c9cfafd0edf6e8>. Acesso 26 out. 2021.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) - **LOAS ANOTADA. Lei Orgânica da Assistência Social.** Brasília: MDS, 2009. Disponível em <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/LoasAnotada.pdf>. Acesso em 28 jul. 2021.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Portaria nº 90 de 03 de setembro de 2013.** Brasília: MDS, 2013. Disponível em <https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/assistencia_social/Portaria_90_03092013_Situacao_Calamidade.pdf>. Acesso em 28 jul. 2021.

BOSI, E. **Memória:** enraizar-se é um direito fundamental do ser humano. Revista Dispositiva. v 1, nº 2 (2012): nov 2012/abril 2013. Disponível em <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva/article/view/4301/4454>>. Acesso em 19 jul. 2020.

BORDIEU, P. **Razões práticas:** Sobre a teoria da ação. Tradução: Mariza Correa. Campinas/SP: Ed. Papiros, 1996.

BUTLER, J. **Relatar a si mesmo:** Crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CARMO, R. Urbanização e Desastres: desafios para a segurança humana no Brasil. In: CARMO; VALENCIO (Org.), 2014. **Segurança humana no contexto dos desastres.** São Carlos: Rima Editora, 2014, capítulo 1, pp. 1-14. Disponível em: <<http://www.nepo.unicamp.br/publicacoes/livros/segurancahumana/segurancahumana.pdf>>. Acesso em 06 set. 2021.

CARVALHO, A. I. Determinantes Sociais, Econômicos e Ambientais da Saúde. In: NORONHA; PEREIRA (Org.). **A Saúde no Brasil em 2030**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, v. 2, pp. 17-38, 2013. Disponível em <https://saudeamanha.fiocruz.br/wp-content/uploads/2016/07/saude-2030livro_0.pdf>. Acesso em 06 jul. 2021.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Resolução nº 33 de 12 de dezembro de 2012**. Aprova a Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social - NOB/SUAS. Brasília, MDS, 2012. Disponível em <https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/NOBSUAS_2012.pdf>. Acesso em 28 jul. 2021.

_____. **Resolução nº 109 de 11 de novembro de 2009**. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. Brasília: MDS, 2009. Disponível em <https://www.mds.gov.br/webarquivos/public/resolucao_CNAS_N109_%202009.pdf>. Acesso em 18 ago. 2021.

_____. **Resolução nº 145 de 15 de outubro de 2004**. Aprova a Política Nacional de Assistência Social. Brasília, MDS, 2004. Disponível em <https://www.mds.gov.br/webarquivos/legislacao/assistencia_social/resolucoes/2004/Resolucao%20CNAS%20no%20145-%20de%2015%20de%20outubro%20de%202004.pdf>. Acesso em 28 jul. 2021.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. In **Revista Estudos Feministas** [online], v. 10, n. 1, pp. 171-188, 2002. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>>. Acesso em 02 ago. 2021.

DAMACENA, F. D. L. Direitos e situações de calamidades: o que existe e como defender pelo SUAS? In: **Calamidades públicas e emergências: ciclo de debates preparatórios e abertos sobre o Eixo 5 da Conferência de Assistência Social de 2021**, organizado pelo coletivo “SUAS em Calamidades”. Realizada na plataforma “Jitsi Meet”, em 30 de junho de 2021. Disponível em <<https://meet.jit.si/SuasemcalamidadesnasconferenciasdoSuas2021>>. Acesso em 30 jun.2021.

DAVIS, M. **Planeta Favela**. Tradução Beatriz Medina. São Paulo: Boitempo, 2006.

DEUTSCHE WELLE. **Líderes da UE chegam a acordo sobre pacote de recuperação pós-pandemia**. 21 jul 2020 [online]. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/l%C3%ADderes-da-ue-chegam-a-acordo-sobre-pacote-de-recupera%C3%A7%C3%A3o-p%C3%B3s-pandemia/a-54251877>>. Acesso em 29 jul. 2020.

DICIO. Sofrimento. In: **Dicionário Online de Português**. Porto: 7Graus, 2021. Disponível em <<https://www.dicio.com.br/sofrimento/>>. Acesso em 10 ago. 2021.

DUARTE, J. F. **Meninas e território: Criminalização da pobreza e seletividade jurídica**. Editora Cortez: São Paulo, 2018, p.64.

DUTRA, A. S. **Gestão de Desastres e serviço social: o trabalho de assistentes sociais junto aos órgãos municipais de proteção e defesa**. Rio De Janeiro: Lumen Juris, 2018, pp. 5-45.

ENGELS, F. **O Papel do Trabalho na Transformação do Macaco em Homem.**

Traduzido do espanhol, transcrição da edição soviética de 1952, de acordo com o manuscrito em alemão, 1876. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/marx/1876/mes/macaco.htm>>. Acesso em 06 set. 2020.

FAVERO, E. *et al.* O desastre na perspectiva sociológica e psicológica. In: **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 19, n.2, 2014. Disponível em <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/119215/000956018.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em 06 set. 2021.

FERNANDES, F. **A revolução burguesa no Brasil.** 2ª Edição, Rio de Janeiro: Zahar, 1976, p. 209.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio Século XXI: o dicionário da Língua Portuguesa.** 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

FISCHER, E. **A necessidade da arte.** Tradução Leandro Konder. 9ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1987.

FÓRUM SOCIAL MUNDIAL DAS MIGRAÇÕES. **Declaração da Assembleia de Movimentos Sociais, eixo 4, “Migração, os direitos da mãe natureza, a mudança climática e as disputas norte-sul”.** 2016. Disponível em:

<<http://fsmm2016.org/index.php/pt-br/apresentacao/outras-edicoes>>. Acesso em 26 ago 2016.

GLOBO.COM. **Reforma Urbanística de Pereira Passos, o Rio com cara de Paris.**

Data da publicação. Disponível em <<http://educacao.globo.com/artigo/reforma-urbanistica-de-pereira-passos-o-rio-com-cara-de-paris.html>>. Acesso 5 fev. 2021.

HELLER, A. **O cotidiano e a história.** Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 10ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

HERINGUER, C.; RIBEIRO, C., LIMA, L. **Pesadelo das chuvas.** Jornal O Globo [impresso], Rio de Janeiro, 11 jan. 2021, p.9.

HOBSBAWN, E. O sentido do passado. In HOBSBAWN, E., 2013. **Sobre história: ensaios.** São Paulo: Companhia das Letras, 2013, pp. 25-43.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em Tempos de Capital Fetiche.** 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2015.

INTERNATIONAL ACCOUNTABILITY PROJECT. Back to development: a call for what development could be, 2015. Disponível em <http://www.mediafire.com/file/zw1g9k4wr83jr5v/Back_To_Development_ONLINE.pdf/file>. Acesso 28 set. 2021.

_____. **8 passos para o desenvolvimento comunitário.** 2015. Disponível em <https://accountabilityproject.org/wpcontent/uploads/2017/09/IAP_8steps_infographic_Portuguese.pdf>. Acesso em 29 set. 2021.

INTERNACIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. **Migration within the Mediterranean**. Disponível em <https://missingmigrants.iom.int/region/mediterranean>. Acesso em 07 set 2021.

JAMES LOVELOCK. In: **WIKIPÉDIA**, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/James_Lovelock>. Acesso em 08 set. 2021.

JORNAL CRUZEIRO. **Chuva mata quatro e deixa desabrigados**. 03 de Janeiro de 2021 às 00:01 [online]. Disponível em <<https://www.jornalcruzeiro.com.br/brasil/chuva-mata-quatro-e-deixa-desabrigados/>>. Acesso em 06 jul. 2021.

JORNAL O GLOBO. **Projeto 'A arte abraça Brumadinho' promove recuperação da cidade através da cultura**. 26 abr 2019, 13:15. Atualizado em 26 abr. 2019, 15:46. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/cultura/projeto-arte-abraca-brumadinho-promove-recuperacao-da-cidade-atraves-da-cultura-23624406>>. Acesso em 02 ago 2021.

KRIEGER, Fernando. Por dentro dos Acervos: “Cidade maravilhosa” I: André Filho e a saga de uma marcha-hino. In: **Instituto Moreira Sales** [online], 20 de janeiro de 2015. Disponível em <<https://ims.com.br/por-dentro-acervos/cidade-maravilhosa-i-andre-filho-e-a-saga-de-uma-marcha-hino/>>. Acesso em 17 ago. 2021.

MENEGAT, M. **A Crítica do Capitalismo em Tempos de Catástrofe: o giro dos ponteiros do relógio no pulso de um morto e outros ensaios**, Rio de Janeiro: Consequência, 2019.

_____. Art and the Wreckage. In: AUTOR, ANO. **The Routledge Companion to Theatre of the Oppressed**. Ed. Routledge, 1ª edição, 2019, pp. 225-235.

_____. Entrevista A lógica do capital naturaliza todas as formas de injustiça. In: **Boletim do Núcleo Piratininga de Comunicação**. Nº 148, 15 a 3 jun. 2009. Disponível em <<http://nucleopiratininga.org.br/para-marildo-menegat-a-logica-do-capital-naturaliza-todas-as-formas-de-injustica/>>. Acesso em 06 set. 2021.

MULTIRIO. **A administração do prefeito Pereira Passos: o “bota-abaixo”**. Data de publicação não informada. Disponível em <<http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/rio-de-janeiro/66-o-rio-de-janeiro-como-distrito-federal-vitrine-cartao-postal-e-palco-da-politica-nacional/2911-administracao-pereira-passos-o-bota-abaixo>>. Acesso em 5 fev. 2021.

MUNDANO. **#primeirodemaio #operários #trabalhadores**. 01/05/2021. Instagram @mundano. Disponível em <https://www.instagram.com/mundano_sp/>. Acesso em 23/09/2021.

NETTO, J. P. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 8ª ed. São Paulo Cortez, 2011.

REDE PENSSAN. **Olhe Para A Fome: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil.** Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021. Disponível em <<http://olheparaafome.com.br/>>. Acesso em 03 set. 2021.

OMS. **Humanitarian Health Action.** Disponível em <<https://www.who.int/hac/about/definitions/en/>>. Acesso em 29 jul. 2020.⁴⁵

_____. **Social Determinants of Health.** Disponível em <https://www.who.int/health-topics/social-determinants-of-health#tab=tab_1>. Acesso em 15 ago. 2021.

PLANET HEMP. Zerovinteum. In: **Os Cães Ladram mas a Caravana Não Pára, 1997.** Disponível em <<https://www.letras.mus.br/planet-hemp/199779173/>>. Acesso em 17 ago. 2021.

PERES, A. C; STEVANIM, L. F; LAVOR, A. País Faminto. In: **Revista RADIS**, nº 225, jun. 2021, ENSP/FIOCRUZ-RJ. Disponível em <<https://www.maesdafavela.com.br/>>. Acesso em 06 set. 2021.

PETRONE, T. **Cuidado Materno também é Trabalho: PL 2757/2021.** Disponível em <<https://m.taliriapetrone.com.br/cuidadopl2757>>. Acesso em 07 Out. 2021.

POGREBINSCHI, T. **Pragmatismo: teoria social e política.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2005, pp. 15-16.

PORTAL NEO MONDO. **Arte abraça Brumadinho.** 25 de abril de 2019. Disponível em <<http://www.neomundo.org.br/2019/04/25/arte-abraca-brumadinho/>>. Acesso em 02 ago. 2021.

PRIBERAM. Dor. In: **Priberam Dicionário.** 2021. Disponível em <<https://dicionario.priberam.org/dor>>. Acesso em 10 ago. 2021.

REVISTA CONSULTOR JURÍDICO. **Senado aprova decreto que reconhece estado de calamidade pública.** 20 de março de 2020, 14h22. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2020-mar-20/senado-aprova-decreto-reconhece-estado-calamidade-publica>> Acesso em 13 ago. 2020.

SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, M. O dinheiro e o território. In: **Revista GEOgraphia**, ano 1, nº 1, 1999, pp.7-13 Disponível em <<https://periodicos.uff.br/geographia/article/download/13360/8560>>. Acesso em 28 ago. 2021.

SECRETARIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL. **Gestão de Riscos e Desastres.** Governo do Estado de Santa Catarina, 2013. Disponível em <https://www.defesacivil.sc.gov.br/images/doctos/seminarios/Gestao_de_RISCO_de_d esastres_BAIXA.PDF>. Acesso em 05 dez. 2021

⁴⁵ A OMS reformulou os conteúdos do seu site e atualmente esta página saiu do ar.

SILVA, M. M. O projeto ético-político do Serviço Social do ciclo petista à escalada da extrema-direita. **Revista Praia Vermelha**, v. 29, n. 2, 2019, pp.559-587. Disponível em <<https://revistas.ufrj.br/index.php/praiavermelha/article/view/22839>>. Acesso em 14 out. 2020.

SILVA, S. F. L. As revelações do desastre. In VALENCIO, N. (Org.). **Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. Volume II, São Carlos: Rima Editora, 2010.

SIQUEIRA, A. M. M. Proteção social e enchentes: Desafios profissionais em questão. In **Sociologia dos desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil – volume III**. São Carlos: Rima Editora, 2013. Capítulo XIV, p.257-277. Disponível em <<http://cepisnf.uff.br/wp-content/uploads/sites/190/2017/09/Sociologia-dos-desastres-III.pdf>>. Acesso em 19 set. 2021.

SOUSA, I. S.; SILVA, M. T. M. da. As Representações Discursivas Existentes no Texto “Paulo Freire: A Leitura do Mundo” Escrito por Frei Betto”. In: **IV Colóquio Sobre Gêneros & Textos - COGITE**, 4, 2014, Teresina, Anais... Teresina: EDUFPI, 2015. Disponível em <<https://revistas.ufpi.br/index.php/ancogite/article/download/10927/6265>>. Acesso em 08 out. 2021.

STENGERS, I. **No tempo das catástrofes**. Tradução de Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: COSAC NAIFY, 2015.

TRAJBER, R.; OLIVATO, D.; MARCHEZINE, V. **Conceitos e termos para a gestão de riscos de desastres na educação**, 03 abr. 2017. Disponível em <<http://educacao.cemaden.gov.br/site/mediaLibrary/MTAwMDAwMDAwMTg=>>>. Acesso em 10 jul. 2021.

UNITED NATIONS OFFICE FOR DISASTER RISK REDUCTION. **Terminology on disaster, risk, reduction**. UNISDR, United Nations, 2017. Disponível em <<https://www.undrr.org/terminology/disaster>>. Acesso em 29 jul. 2020.

UOL. **Declaração de emergência de Trump libera até US\$ 50 bi contra coronavírus...** Publicado em 14 mar. 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2020/03/14/declaracao-de-emergencia-de-trump-libera-ate-us-50-bi-contra-coronavirus.htm>>. Acesso em 29 jul. 2020.

VALENCIO, N. O desastre como locus da barbárie: apontamentos sobre o caso brasileiro. In VALENCIO, N. Org. **Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil**. Volume II, São Carlos: Rima Editora, 2010. Capítulo 2, pp.31-52. Disponível em <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2011/04/SociologiaDesastres_VII_NEPED_CFP.pdf>. Acesso em 09 set. 2021.

VARGAS, M. A. R. Reino da Necessidade versus reino dos direitos: desafios e impasses ao assistente social em contextos de desastres. In: Siqueira, A. et al (Orgs.). **Riscos de Desastres relacionados à água**. São Carlos: Rima, 2015. Seção II, pp. 123 -

139. Disponível em <<http://observatoriodosdesastres.sites.uff.br/livros/>>. Acesso em 06 jul. 2021.

VASCONCELLOS, C. J. L. **A intervenção artística na vida de crianças e adolescentes e suas famílias vítimas de situações emergenciais e/ou desastres naturais**. Orientadora: Chris Giselle Pegas Pereira da Silva. - 2014. 55 f. TCC (Especialização) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2014. Disponível em <<https://www.maxwell.vrac.pucRio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=33424@1>>. Acesso em 27 set. 2021.

VILA KENNEDY. In: **WIKIPÉDIA**, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2021. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Vila_Kennedy>. Acesso em 05 fev. 2021.

ZIEGLER, J. **Destruição em massa, geopolítica da fome**. Tradução de José Paulo Netto. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2013.